
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, doravante denominada **PORTOSRIO**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, realizará licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE**, regido pelas normas da Lei nº 13.303/2016, dos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 9.507/2018 e 7.174/2010, da Lei Complementar nº 123/2006, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, do Instrumento Normativo de Padronização de Contratações de TIC (IN.GERCOS.10.003), do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, do Instrumento Normativo de Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e demais disposições legais pertinentes.
- 1.2 O Edital e seus Anexos estarão disponíveis no sítio www.gov.br/compras a partir do dia 09/06/2026, às 08:00 horas.
- 1.2.1 O Edital também poderá ser obtido na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, “Pregões Eletrônicos”.
- 1.3 As propostas de preços serão recebidas até as 10:00 horas, do dia 23/06/2026, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras.
- 1.4 **A sessão pública na internet para recebimento dos lances será realizada às 10:00 horas, do dia 23/06/2026, no mesmo endereço eletrônico indicado no subitem anterior.**
- 1.5 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 1.6 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da **PORTOSRIO** denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o provedor www.gov.br/compras.
- 1.7 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

- 1.8 **A licitação será composta por 2 (dois) lotes, conforme tabela constante do Anexo III – Planilha de Proposta de Quantidades e Preços, facultando-se ao licitante a participação em quais forem de seu interesse.**

2. DO OBJETO

- 2.1 O objeto desta licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a ***“prestação dos serviços de acesso à internet, por meio de enlaces em fibra óptica, com garantia de banda, instalação, configuração, suporte técnico e manutenção, para atendimento das unidades da PortosRio localizadas no município do Rio de Janeiro, Niterói e Arraial do Cabo”***, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 50905.000650/2026-87 e de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo do objeto da licitação, cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e credenciadas junto ao provedor do sistema (Secretaria de Gestão do Ministério da Economia), nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018, no sítio www.gov.br/compras, e que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.
- 3.2 Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 3.2.1 Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- 3.2.2 Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.2.3 Estrangeiras, que não funcionem no país;
- 3.2.4 Que se enquadrem em um ou mais dispositivos do art. 38 da Lei nº 13.303/2016; e
- 3.2.5 Suspensas pela **PORTOSRIO** na forma do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, impedidas de licitar na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 ou declarada inidônea na forma do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 3.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade

ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010).

- 3.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura **CONTRATADA** que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.
- 4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da **PORTOSRIO** por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha, pessoal e intransferível, do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
- 5.1.1 A informação dos dados para acesso ao Pregão deve ser feita na página inicial do sítio www.gov.br/compras;
- 5.1.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.
- 5.2 Como requisito para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

-
- 5.2.1 Declaração de que é microempresa ou empresa de pequeno porte e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar;
- a) A assinalação do campo “não”, no caso do subitem 5.2.1, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 5.2.2 Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios previstos;
- 5.2.3 Declaração expressa de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.2.4 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 5.2.5 Declaração de elaboração independente de proposta, como exigido na Instrução Normativa SLTI nº 02/2009;
- 5.2.6 Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.7 Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;
- 5.2.8 Declaração de que atende aos requisitos e está apto ao exercício do direito de preferência previsto no art. 8º, § 3º, do Decreto nº 7.174/2010.
- 5.3 A declaração falsa relativa aos subitens acima sujeitará o licitante às sanções previstas no item 16 deste Edital e na legislação vigente.

6. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública constantes do subitem 1.4., quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de cadastramento.
- 6.2 O cadastramento da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

- 6.3 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema.
- 6.4 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas cadastradas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 7.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
 - 7.1.1 Caberá ao Pregoeiro decidir no prazo de 2 (dois) dias úteis sobre a impugnação interposta, a contar do recebimento desta.
 - 7.1.2 Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.
 - 7.1.3 Na hipótese da **PORTOSRIO** não responder a impugnação no prazo estabelecido no subitem 7.1.1., a licitação será suspensa, convocando-se nova data para a realização do certame.
 - 7.1.4 Para fins de cômputo do prazo constante no subitem 7.1.1., serão considerados apenas os dias em que houver expediente na **PORTOSRIO** e a partir do momento da ciência da impugnação por parte do Pregoeiro.
- 7.2 Os pedidos de esclarecimento referentes a esta licitação deverão ser enviados ao Pregoeiro, até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
 - 7.2.1 Os esclarecimentos prestados a qualquer dos licitantes estarão disponíveis no site www.gov.br/compras, na parte de “esclarecimentos”.
 - 7.2.2 O Pregoeiro deverá responder os pedidos de esclarecimento no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento deste.
- 7.3 O disposto no subitem 7.2 não interfere na apresentação de impugnação nos termos do subitem 7.1.
- 7.4 Caso a impugnação ou o pedido de esclarecimento envolva questões de ordem técnica do objeto ou de exequibilidade de preços, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.

8. DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1 A partir do horário e dia previstos no Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, ocasião em que o Pregoeiro fará a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando, na sequência, a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

-
- 8.2 O Pregoeiro verificará as propostas registradas no sistema, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.
- 8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes ou seus representantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão informados, em tempo real, de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor, não sendo identificado o autor do lance aos demais participantes.
- 8.7 **O(s) lance(s) deverá(ão) ser ofertado(s) pelo(s) valor(es) unitário(s) de cada item que compõe(m) o(s) lote(s).**
- 8.8 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicialmente cadastrada.
- 8.9 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.
- 8.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.11 Para fins do que dispõe o parágrafo único do art. 31 do Decreto nº. 10.024/2019, o intervalo mínimo percentual entre os lances será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).
- 8.12 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.13 Para a etapa de lances deste certame será adotado o modo de disputa “aberto”, conforme art. 31, I, do Decreto nº. 10.024/2019, ocasião em que os licitantes

apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento mencionado no subitem 9.1 deste Edital.

- 8.13.1 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.13.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.13.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 8.13.1 e 8.13.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.13.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 8.13.2, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução da proposta mais vantajosa para a **PORTOSRIO**.
- 8.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
 - 8.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.15 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Quando possível seu retorno, o Pregoeiro continuará atuando no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.18 Encerrada a etapa de lances, caso haja microempresas ou empresas de pequeno porte com valor final ofertado de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço, será considerado empate. Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, se houver interesse, efetuar lance de valor inferior ao menor preço já registrado.

-
- 8.18.1 O procedimento de empate será detectado automaticamente. Encerrado o tempo randômico, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no subitem anterior, informando o nome do licitante. Em seguida, o sistema habilitará um comando para o Pregoeiro convocar tal licitante que se encontre em situação de empate. Após confirmado, o sistema emitirá nova mensagem informando para o licitante em situação de empate que deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas o licitante convocado poderá registrar o novo lance.
- 8.18.2 Não havendo manifestação do licitante, o sistema verificará, observada a ordem classificatória, se há outra situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhum licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa.
- 8.18.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.18, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.19 O disposto no subitem 8.18 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.20 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.21 Em último caso, persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.
- 8.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e realização de eventual procedimento de desempate, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.22.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.22.2 Após a tentativa de negociação, quaisquer propostas que permanecerem com o valor acima do valor estimado serão desclassificadas.
- 8.22.3 O prazo para convocação da licitante, para fins de negociação do valor ofertado, será definido a critério do Pregoeiro, ficando a licitante responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.23 O licitante que ofereceu a melhor proposta deverá anexar a proposta de preços devidamente ajustada ao seu valor final ofertado, nos moldes do Anexo III – Planilha de Proposta de Quantidades e Preços, no prazo mínimo de 2 (duas) horas,

conforme § 2º do art. 38 do Decreto nº. 10.024/2019, contado da solicitação do Pregoeiro no “chat” do COMPRASGOVERNAMENTAIS, prorrogável 1 (uma) única vez por igual período desde que a solicitação seja tempestiva e justificada, observando, ainda, que a proposta:

- 8.23.1 Deverá ser redigida em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, datada, digitada ou datilografada, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- 8.23.2 Deverá ser apresentada com 2 (duas) casas decimais e expressa em moeda corrente nacional (R\$);
- 8.23.3 Deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante, para fins de pagamento;
- 8.23.4 Vincula o licitante, em especial no que se refere às condições, informações e especificações técnicas nela apresentada;
- 8.24 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução contratual e aplicação de eventual sanção à **CONTRATADA**, se for o caso.
- 8.25 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 8.26 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 8.27 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 8.28 Este Pregão submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidas no Decreto nº 7.174/2010.
- 8.29 O exercício do direito de preferência disposto no Decreto nº 7.174/2010 será concedido após o encerramento da fase de lances, observando-se, nesta ordem, os seguintes procedimentos:
 - 8.29.1 Aplicam-se as regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no subitem 8.18 deste Edital;
 - 8.29.2 Não ocorrendo a contratação na forma do subitem anterior, serão selecionados os licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício dos direitos de preferência listados nos incisos abaixo:
 - I. Os licitantes enquadrados na condição prevista no *caput* deste subitem 8.29, cujos bens possuam tecnologia desenvolvida no país e

sejam produzidos de acordo com o processo produtivo básico, serão convocados pelo sistema, observada a ordem classificatória para ofertar valor igual ou inferior ao melhor lance;

- II. Na hipótese de os licitantes mencionados no inciso anterior deixarem de ofertar valor igual ou inferior, o sistema convocará os licitantes cujos bens possuam tecnologia desenvolvida no país, para o exercício do mesmo direito;
- III. Na hipótese de os licitantes mencionados no inciso anterior também deixarem de oferecer valor igual ou inferior, o sistema convocará o licitante cujos bens sejam produzidos de acordo com o processo produtivo básico para o exercício do mesmo direito;
- IV. Na hipótese de um licitante exercer seu direito de preferência, o Pregoeiro o convocará, dando prosseguimento à sessão pública.

8.29.3 Não ocorrendo a contratação na forma do subitem anterior, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 9.1 No julgamento das propostas de preços, considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o **“MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE”**.
- 9.2 O valor estimado para o presente processo licitatório é sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, em conformidade com o art. 15 do Decreto nº. 10.024/2019.
- 9.3 Serão desclassificados(as):
 - 9.3.1 Os licitantes que não responderem à convocação para negociação, conforme descrito no subitem 8.22.3, ou que não anexarem a proposta comercial ajustada, conforme descrito no subitem 8.23 deste Edital, ambos no prazo solicitado pelo Pregoeiro no “chat”;
 - 9.3.2 As propostas de preços que não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Anexo I – Termo de Referência;
 - 9.3.3 As propostas de preços que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação ou que contenham outras condições que não as constantes deste Edital e de seus Anexos;
 - 9.3.4 As propostas que contenham vício insanável ou ilegalidade;
 - 9.3.5 As propostas com preços acima do valor estimado pela **PORTOSRIO** ou manifestamente inexecutáveis.
 - 9.3.5.1 Para fins do subitem 9.3.5, considera-se manifestamente inexecutável a proposta que:

- a) Comprovadamente for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o instrumento convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- b) Apresente um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.3.5.2 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, conforme disposto no subitem 17.5 deste Edital e no § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016, a exemplo das enumeradas no subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, para que o licitante possa comprovar a exequibilidade de sua proposta.

9.3.5.2.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.3.5.3 Para fins de aferição da inexequibilidade de proposta, o Pregoeiro poderá valer-se do cálculo previsto no § 3º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016.

- 9.4 Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital. Também nesta etapa o Pregoeiro deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.5 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.6 Por ocasião da aceitabilidade da proposta de preços, em especial quando houver assuntos técnicos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.
- 9.7 Constatando o atendimento da proposta às exigências fixadas no Edital, o licitante terá sua proposta aceita, passando-se então para a fase de habilitação.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, conforme subitem 10.10, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no presente certame ou a futura contratação, mediante consulta ao:
- 10.1.1 SICAF, a fim de se verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 38 da Lei nº 13.303/2016;
 - 10.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
 - 10.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br;
 - 10.1.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br;
 - 10.1.5 Cadastro de Empresas Suspensas mantido no site da **PORTOSRIO** na internet, no endereço eletrônico www.portosrio.gov.br, menu “Licitações e Contratos”; e
 - 10.1.6 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 10.2 As consultas previstas no subitem 10.1 realizar-se-ão em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário.
- 10.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará, juntamente com a Equipe de Apoio, para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 10.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado por falta de condição de participação.
- 10.7 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018.

-
- 10.7.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 10.7.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 10.7.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto nº. 10.024/2019.
- 10.8 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los em formato digital, de preferência em arquivos compactados (.zip ou .rar), via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro no “chat”, conforme determina o inciso VI do art. 21 da IN SEGES/MP nº 3/2018 e o § 2º do art. 43 do Decreto nº. 10.024/2019, sob pena de inabilitação.
- 10.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 10.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.9.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.9.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.10 Ressalvado o disposto no subitem 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 10.10.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA
- a) Cédula de identidade, no caso de pessoa física;
 - b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
 - d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

- e) Decreto de autorização ou equivalente, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

10.10.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

10.10.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - i. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto à Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.
 - ii. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
 - iii. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- b) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor proposto pela licitante para a prestação dos serviços objeto desta licitação, exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.
- c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em até no máximo 90 (noventa) dias da data da sessão pública deste certame.

10.10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m), a prestação de serviço de

fornecimento de link dedicado de acesso à Internet, com características técnicas compatíveis com o objeto desta contratação, pelo período mínimo de 01 (um) ano.

- i. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar relacionado(s) à atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme especificado em seu contrato social registrado na junta comercial competente.
 - ii. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, Nome do Declarante, Endereço e Telefone e CNPJ da empresa emitente e a comprovação de que os serviços prestados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos.
 - iii. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do instrumento contratual ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme subitem 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
 - iv. Em caso de necessidade de diligência por parte do Pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do instrumento contratual que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- b) Documentação que comprove a outorga válida para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em conformidade com a regulamentação vigente.
- c) Declaração, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, atestando que a licitante concorda com a disposição do instrumento convocatório sob referência e seus anexos, garantindo o prazo de validade dos preços e condições da proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da proposta, bem como as demais condições da Declaração constantes do Anexo IV – Modelo de Declaração. A licitante não poderá alegar, a posterior, desconhecimento de qualquer fato
- d) Declarações, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, seguindo os modelos dos Anexos V e VI.
- e) Atestado de Visita Técnica emitido pela Gerência de Operação de Soluções – GERSOL, nos moldes do Anexo VII – “Modelo de Atestado de Visita Técnica”, atestando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme subitem 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- i. O agendamento de data e hora para a realização da visita ao local onde os serviços serão prestados, a fim de tomar conhecimento das condições locais de trabalho, deverá ser realizado junto à Gerência de Operação de Soluções – GERSOL, pelo e-mail: gersol@portosrio.gov.br.

- ii. O atestado citado para sua habilitação neste Pregão Eletrônico não é obrigatório e poderá ser substituído por declaração formal do licitante, informando ter conhecimento das condições locais de trabalho.
- 10.11 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação.
- 10.11.1 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o subitem 10.11, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 10.11.2 Para aplicação do disposto no subitem 10.11.1, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.
 - 10.11.3 A prorrogação do prazo prevista no subitem 10.11.1 poderá ser concedida, a critério da **PORTOSRIO**, quando requerida pela licitante, mediante apresentação da devida justificativa.
 - 10.11.4 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os subitens 10.11.1 e 10.11.3.
 - 10.11.5 A não regularização da documentação no prazo previsto nos subitens 10.11.1. e 10.11.3 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº. 13.303/2016, sendo facultado à **PORTOSRIO** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
 - 10.11.6 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências deste Edital.
- 10.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.13 Ocorrida a inabilitação a que se refere o subitem 10.12, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.14 Após o disposto no subitem 10.12 ou 10.13, será retomada a sessão pública e chamados os demais licitantes, na ordem de classificação, e após a tentativa de negociação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observando

que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, até que encontre uma proposta que atenda integralmente o Edital.

- 10.14.1 Por ocasião da documentação de habilitação, em especial a que trata da habilitação técnica, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.
- 10.15 Nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, será concedido prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.
- 10.16 Constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado e, consequentemente, vencedor.
- 10.17 Tendo em vista que a **PORTOSRIO** dispõe de sistema interno eletrônico de documentos e, ainda, objetivando a celeridade e a economicidade processual, uma vez habilitado, não será necessário que o licitante encaminhe posteriormente a documentação original apresentada durante a sessão pública.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o instrumento contratual no prazo previsto no subitem 14.1, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 11.2.1 A convocação se dará por meio do “chat” e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de

forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), em campo próprio sistema, o qual registrará em ata a síntese das razões, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de 3 (três) dias, a contar do dia útil subsequente ao término da sessão pública, para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual prazo, que começará a correr no dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 12.1.1 No momento da apresentação da intenção de recorrer, cabe ao Pregoeiro avaliar tão somente a existência dos pressupostos recursais, o que se restringe à aferição de sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.
- a) O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, caso a licitante deixe de demonstrar algum dos pressupostos recursais constantes do subitem acima;
- b) É vedado rejeitar o recurso de pleno em razão da discordância de mérito com os motivos apresentados pelo licitante.
- 12.2 É de inteira responsabilidade dos licitantes a correta apresentação da intenção e das razões recursais, podendo estes, caso seja detectado pela **PORTOSRIO** que se trata de mero recurso protelatório, sofrer a sanção prevista no inciso I do subitem 16.5.1 deste Edital.
- 12.3 Na hipótese de interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação por endereço eletrônico (e-mail): gecomp@portosrio.gov.br.
- 12.4 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.1, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.5 Os recursos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, devidamente protocolados e cadastrados no sistema, e observar:
- 12.5.1 Quanto à sua interposição, o prazo constante do subitem 12.1;
- 12.5.2 A forma escrita, com a identificação do licitante ou seu representante legal;
- 12.5.3 A legitimidade e o interesse recursal; e
- 12.5.4 A fundamentação.
- 12.6 O Pregoeiro disporá de até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil subsequente ao término do prazo previsto no subitem 12.1, para julgar o(s) recurso(s) interposto(s).
- 12.6.1 Caso as razões recursais envolvam questões de ordem técnica ou de exequibilidade dos preços propostos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**;
- 12.6.2 Caso seja necessário devido à complexidade do assunto e com a devida justificativa nos autos, o prazo constante no subitem 12.6 poderá ser ampliado.

- 12.7 Após julgamento do(s) recurso(s), o Pregoeiro elaborará relatório circunstanciado com vistas ao Diretor-Presidente para decisão definitiva.
- 12.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante no prazo previsto no subitem 12.1, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a dar continuidade ao processo, com vistas à adjudicação e homologação pelo Diretor-Presidente.
- 13.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Diretor-Presidente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 14.1 Homologada a licitação pelo Diretor-Presidente, o adjudicatário será convocado para assinar o(s) instrumento contratual em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, desde que devidamente justificado, observando ainda as demais disposições deste item 14.
 - 14.1.1 O prazo a que se refere o subitem 14.1 contempla inclusive o período necessário para os procedimentos de cadastramento do(s) usuário(s) no Sistema SEI!, nos moldes do subitem 14.4, sendo de inteira responsabilidade da própria licitante realizar o passo a passo de acordo com as instruções, sob pena de exclusão do certame e convocação do próximo colocado.
- 14.2 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, não aceitar ou não retirar o(s) instrumento contratual injustificadamente, ou ainda, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação das licitantes, observada a ordem final de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o mesmo convocado para negociar a redução do preço ofertado em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o Edital.
- 14.3 A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual (Anexo VIII) com base nos dispositivos da Lei nº. 13.303/2016 e do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).
- 14.4 Para assinatura do instrumento contratual, o(s) responsável(is) legal(is) da licitante deverá(ão) realizar o cadastro prévio no Sistema SEI!, mediante o link externo: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-no-sei-do-ministerio-dos-transportes>>.
 - 14.4.1 O(s) cadastro(s) deverá(ão) ser feito(s) por aquele(s) que efetivamente irá(o) assinar o(s) instrumento(s) contratual(is).

- 14.5 Após realização do(s) cadastro(s), o ato de assinatura do instrumento contratual realizar-se-á via plataforma SEI!, mediante acesso através de link externo constante na parte superior da página da internet da **PORTOSRIO** (www.portosrio.gov.br).
- 14.6 A assinatura do instrumento contratual ficará condicionada à aferição da regularidade da futura **CONTRATADA**, em conformidade com o item 10 – Da Habilitação, e à consulta ao CADIN, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso III, cumulado com o art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.
- 14.7 Na assinatura do instrumento contratual será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.
- 14.8 O licitante, em vias de ser julgado vencedor ou já vencedor da licitação, ou já convidado a assinar o instrumento contratual com a **PORTOSRIO**, poderá perder sua condição para assinar o aludido instrumento, caso se encontre em estado de falência, insolvência notória ou situação econômico-financeira comprometida.
- 14.9 O prazo de execução do instrumento contratual corresponde ao prazo que a **CONTRATADA** dispõe para executar a sua obrigação. Já o prazo de vigência corresponde ao prazo em que ele é considerado apto a produzir efeitos até que todos os seus efeitos sejam consumidos, inclusive recebimento e pagamento por parte da **PORTOSRIO**, excetuando-se o prazo de garantia técnica.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será efetuado conforme o instrumento contratual a ser emitido, através de depósito bancário em favor da **CONTRATADA**, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal correspondente devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**.
- 15.2 A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.
- 15.3 Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao instrumento contratual, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.
- 15.4 Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra a efetiva entrega do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, o pagamento correspondente à parte do objeto que, mediante autorização da **PORTOSRIO**, for recebido parcialmente.

16. DAS SANÇÕES

- 16.1 A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:
- I. Advertência;
 - II. Multa;
 - III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

- 16.2 A sanção constante do inciso II do subitem anterior poderá ser aplicada de forma cumulativa com as constantes dos incisos I e III do mesmo subitem, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 16.3 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:
- I. Interpor recurso meramente protelatório;
 - II. Não manter a proposta ou abandonar o certame;
 - III. Deixar de apresentar, apresentar em manifesta desconformidade ou apresentar parcialmente documentação exigida no certame;
 - IV. Declarar falsamente que cumpre algum dos requisitos previstos no subitem 5.2 deste Edital;
 - V. Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do instrumento contratual ou de instrumento equivalente;
 - VI. Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela **PORTOSRIO**;
 - VII. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a **PORTOSRIO** em virtude de atos ilícitos praticados;
 - VIII. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - IX. Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
 - X. Incorrer em inexecução contratual;
 - XI. Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório;
 - XII. Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato do procedimento licitatório;
 - XIII. Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - XIV. Agir em conluio com empresa do mesmo grupo econômico com o objetivo de manipular o caráter competitivo da licitação;
 - XV. Ter fraudado licitação pública ou instrumento contratual dela decorrente;
 - XVI. Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar instrumento contratual;
 - XVII. Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
 - XVIII. Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**;
 - XIX. Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
 - XX. Ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
 - XXI. Ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - XXII. Ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada;
 - XXIII. Ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;

- XXIV. Deixar de manter o nível de qualidade exigido pela **PORTOSRIO** na execução do instrumento contratual, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso.

16.4 DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

- 16.4.1 A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

- 16.4.1.1 A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de multa pela **PORTOSRIO**.

16.5 DA SANÇÃO DE MULTA

- 16.5.1 A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos seguintes casos:

- I. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- II. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado pela licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- III. Em decorrência da declaração falsa relava ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte e ao exercício do direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- IV. Em decorrência da não apresentação de documentação exigida no certame, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- V. Nos casos em que a licitante não mantiver a sua proposta, poderá ser aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- VI. Nos casos em que a licitante apresentar documento falso, cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo, poderá ser aplicada multa correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- VII. Pela recusa em assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, no prazo previsto no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- VIII. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, após 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do instrumento contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual;
- IX. Pelo atraso na instalação dos links, poderá ser aplicada multa correspondente a até 1% (um por cento) ao dia sobre o valor anual do instrumento contratual, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. A

partir do 6º (sexto) dia, o percentual de multa será de 3% (três por cento) sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 5 (cinco) dias;

- X. Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. A partir do 6º (sexto) dia, o percentual de multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 2 (dois) dias;
- XI. No caso de não cumprimento dos prazos estabelecidos no subitem anterior, ficará a critério da Contratante, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, prosseguir com os procedimentos relativos à rescisão contratual;
- XII. No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de até 20% sobre o valor do instrumento contratual;
- XIII. No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de até 30% sobre o valor do instrumento contratual.

16.5.2 Os casos previstos no subitem anterior são meramente exemplificativos, podendo a **PORTOSRIO** sugerir a aplicação de um percentual de multa para outros casos devendo, entretanto, levar em consideração a conduta praticada e a intensidade do dano provocado e segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

16.5.3 O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

16.5.4 A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.6 DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO

16.6.1 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **PORTOSRIO**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

16.6.2 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

16.6.3 A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.7 Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no subitem 16.1, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:

- I. Notificação formal à **CONTRATADA**;
- II. Garantia do contraditório e da ampla defesa;
- III. Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

- 16.8 No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.
- 16.8.1 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 16.8.2 Caso não haja o recolhimento da multa no prazo acima, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.
- 16.9 As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 A apresentação de uma proposta na licitação fará prova de que a empresa licitante:
- 17.1.1 Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus Anexos, que os comparou entre si e obteve expressamente da **PORTOSRIO** as informações necessárias, antes de apresentá-la;
- 17.1.2 Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital;
- 17.1.3 Considerou que o Edital e seus Anexos permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória;
- 17.1.4 Atende às condições de participação, não se enquadrando nas hipóteses de impedimento previstas no Edital.
- 17.2 Fica também estabelecido que as especificações, os Anexos e a documentação da licitação são complementares entre si.
- 17.3 A **PORTOSRIO** reserva-se o direito de revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, anteriormente ao início da fase de lances ou propostas, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.
- 17.3.1 Caso a revogação ou a anulação ocorra após o início da fase acima, a mesma será precedida de Processo Administrativo no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que os licitantes interessados ofereçam manifestação, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os licitantes renunciando o direito de contestar o ato respectivo.
- 17.3.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 17.4 No caso de meros erros formais em que a possível alteração não afete a formulação das propostas, a **PORTOSRIO** poderá inserir aviso no sistema ou

realizar modificações e revisões no presente Edital a qualquer tempo, antes da data limite para a abertura da sessão pública. Contudo, qualquer outra modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

- 17.5 É facultado à **PORTOSRIO**, se assim julgar conveniente, em qualquer fase da licitação, promover diligência(s) destinada(s) a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 17.6 O Pregoeiro, durante a análise de documentos e propostas, poderá solicitar de qualquer licitante informações sobre a documentação exigida, fixando o prazo que julgar necessário para o atendimento.
- 17.7 As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro instrumento contratual.
- 17.8 Não serão levadas em consideração as propostas que fizerem referência às propostas de outros licitantes ou que apresentem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, tal como proposta alternativa.
- 17.9 A **PORTOSRIO** não aceitará, em hipótese alguma, futuras alegações de omissão na proposta de serviços necessários à execução do instrumento contratual ou de inexistência relativa às quantidades contratuais, com o objetivo de alterar o preço proposto.
- 17.10 Uma vez apurado, no curso da contratação, que a **CONTRATADA** acresceu, indevidamente, a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou para fiscais e emolumentos de qualquer natureza, não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**.
- 17.11 Se, por ocasião do julgamento desta licitação, da celebração ou da execução do instrumento contratual, ficar comprovada a existência de irregularidades que denunciem dolo, má fé ou grave omissão por parte do licitante, este, a critério da **PORTOSRIO**, ficará impossibilitado de contratar com a **PORTOSRIO** e sujeito às sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016.
- 17.12 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Pregoeiro enviará mensagem aos licitantes informando o ocorrido e remarcando, de imediato, nova data e hora para a sessão pública.

18 DOS DOCUMENTOS ANEXOS

18.1 Os documentos relacionados abaixo fazem parte integrante deste Edital como Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I-A – DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA – DOD

ANEXO I-B – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP
ANEXO I-C – ANÁLISE DE RISCOS
ANEXO II – TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE
ANEXO III – PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD
ANEXO VII – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA
ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2026.

FLAVIO VIEIRA DA SILVA
Diretor-Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de acesso à internet, por meio de enlaces em fibra óptica, com garantia de banda, instalação, configuração, suporte técnico e manutenção, para atendimento das unidades da PortosRio localizadas no município do Rio de Janeiro, Niterói e Arraial do Cabo, conforme termos e condições previstos neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente, os serviços de integração da rede local entre as unidades da PortosRio, bem como o provimento principal de acesso à internet no município do Rio de Janeiro e Niterói, são prestados pela operadora Goldcom, por meio do Contrato nº 02/2023.

2.2. Entretanto, verifica-se que a capacidade dos links atualmente contratados já não atende de forma adequada às necessidades institucionais, especialmente em razão do crescimento do volume de serviços informatizados utilizados pela Companhia e da ampliação gradual da dependência de sistemas corporativos baseados em rede.

2.3. Adicionalmente, está prevista a ampliação da capacidade de atendimento da sede institucional, em decorrência da ocupação progressiva do 12º andar do edifício localizado na Avenida Rio Branco nº 1, Centro, Rio de Janeiro (RB1). Tal expansão resultará em aumento da densidade de pessoal em atividade presencial, com consequente elevação da demanda por conectividade e acesso aos sistemas corporativos.

2.4. No que se refere ao município de Arraial do Cabo, destaca-se que, após a retomada da gestão do Porto do Forno pela PortosRio, em razão do encerramento do convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo e a União, a infraestrutura administrativa e operacional da unidade vem sendo gradativamente estruturada. Nesse contexto, torna-se necessária a implantação de solução de acesso à internet adequada, capaz de viabilizar a integração da unidade às redes e aos sistemas institucionais da Companhia.

2.5. Soma-se a esse cenário a perspectiva de evolução tecnológica do ambiente institucional, com a implementação progressiva de soluções digitais mais avançadas, incluindo ferramentas de análise de dados e aplicações baseadas em inteligência artificial, as quais demandam maior capacidade de transmissão de dados, bem como elevados níveis de estabilidade e disponibilidade da conexão.

2.6. Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de contratação de solução de acesso dedicado à internet, baseada em tecnologia de fibra óptica, que possibilite a ampliação da capacidade de conectividade institucional, assegurando níveis de desempenho, estabilidade e disponibilidade compatíveis com as demandas atuais e futuras da PortosRio.

2.7. Justificativa para os quantitativos definidos:

2.7.1. As justificativas se encontram pormenorizadas do Estudo Técnico Preliminar.

2.8. Resultados Esperados

2.8.1. Ampliação da capacidade de conectividade institucional, assegurando maior capacidade de transmissão de dados para suporte às atividades administrativas e operacionais da PortosRio.

2.8.2. Melhoria da estabilidade e disponibilidade do acesso à internet, reduzindo riscos de indisponibilidade ou degradação de serviços de rede.

2.8.3. Suporte adequado ao funcionamento dos sistemas corporativos e serviços digitais utilizados pelas unidades da Companhia.

2.8.4. Atendimento à expansão da demanda por conectividade decorrente da ampliação da ocupação da sede institucional no edifício RB1.

2.8.5. Implantação de infraestrutura de conectividade no Porto do Forno, em Arraial do Cabo, possibilitando a integração da unidade às redes e sistemas institucionais da PortosRio.

2.8.6. Disponibilização de infraestrutura compatível com a evolução tecnológica do ambiente institucional, permitindo a adoção de novas soluções digitais e o aprimoramento contínuo dos serviços de tecnologia da informação.

3. ENQUADRAMENTO COM O PDTIC

3.1. A contratação proposta coaduna com as diretrizes estratégicas da PortosRio definidas no último Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) vigente, apoiando na execução dos seguintes projetos estratégicos:

ID	AÇÃO DO PDTIC	PROJETOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS
N01	Internet de qualidade e redundância	Implementar SGAD RIO
		Realfandegamento do Porto do Rio
		Implantar o calado dinâmico
		Implementar o VTMISS - Rio
		Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA
		Implementar SIGPORT

4. CRITÉRIOS DE PARCELAMENTO OU AGRUPAMENTO EM LOTES

4.1. Durante a pesquisa de preços, observou-se diferenças em relação a viabilidade técnica, de acordo com a localidade. Diante disso e considerando ainda os aspectos relacionados à gestão contratual, optou-se pela divisão do objeto em dois lotes, na seguinte forma:

4.1.1. LOTE 1: Contratação dos links de acesso a internet para as unidades da PortosRio localizadas nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói:

ITEM	DESCRIÇÃO	LARGURA DE BANDA (Mbps)	UNIDADE	LOCALIDADE	QUANT
1	Link dedicado de Internet	200	Sede	Rio de Janeiro/RJ	1
2		500	Nova Sede	Rio de Janeiro/RJ	1
3		500	Superintendência do Porto do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	1
4		50	Policlínica	Rio de Janeiro/RJ	1
5		50	Gerência do Porto de Niterói	Niterói/RJ	1

4.1.2. LOTE 2: Contratação de link de acesso a internet para a unidade da PortosRio localizada no município de Arraial do Cabo:

ITEM	DESCRIÇÃO	LARGURA DE BANDA (Mbps)	UNIDADE	LOCALIDADE	QUANT
1	Link dedicado de Internet	50	Porto do Forno	Arraial do Cabo/RJ	1

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

5.1. Os itens definidos no presente documento são de natureza comum, nos termos do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

6. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS

6.1. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, visto que o objeto em questão não possui alta complexidade e que a realidade do mercado demonstra que existem diversas empresas especializadas nesse tipo de contratação.

7. SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Será admitida a subcontratação exclusivamente para execução da infraestrutura de last mile (última milha), correspondente ao trecho final de entrega do circuito até as dependências da CONTRATANTE, nos termos do art. 78 da Lei nº 13.303/2016.

7.2. A previsão decorre da dinâmica operacional do mercado de telecomunicações, no qual é prática comum a utilização de infraestrutura de terceiros para viabilização da entrega local dos circuitos, especialmente em localidades onde a CONTRATADA não possua rede própria disponível.

7.3. A subcontratação não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo integralmente responsável perante a PortosRio pela execução dos serviços, cumprimento dos níveis de serviço, atendimento técnico e demais obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

7.4. A eventual subcontratação deverá observar as condições de habilitação técnica compatíveis com a parcela subcontratada, bem como ser previamente comunicada à Fiscalização contratual.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário, em regime de prestação de serviço contínuo. Nesse regime, o preço é fixado por unidade de medida

previamente definida — neste caso, mensalidade do serviço de link dedicado de acesso à Internet — e os pagamentos serão realizados conforme as medições mensais dos serviços efetivamente prestados.

9. DETALHAMENTO DO OBJETO

9.1. Características gerais:

9.1.1. Os links deverão ser entregues integralmente por meio de infraestrutura em fibra óptica, desde o ponto de presença da operadora até as dependências da CONTRATANTE, não sendo admitida a utilização de enlaces rádio ou tecnologias híbridas no trecho de acesso.

9.1.2. O canal de comunicação deverá ser dedicado à PortosRio, com garantia integral da banda contratada, desde o ponto de entrega do serviço até o backbone IP da CONTRATADA, não sendo admitido compartilhamento de banda que comprometa a capacidade contratada.

9.1.3. Os links deverão ser entregues por circuito único, não sendo admitido o fornecimento de múltiplos circuitos de menor capacidade com agregação ou balanceamento de carga para atingir a banda contratada.

9.1.4. O canal de comunicação deverá operar com largura de banda simétrica (upstream = downstream), em modo Full-Duplex, conforme capacidade contratada, sem limite de volume de dados trafegados.

9.1.5. Os links deverão operar em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive finais de semana e feriados, ressalvadas as hipóteses de interrupção programada ou casos fortuitos previstos na legislação aplicável.

9.1.6. É vedada a existência de franquia de tráfego ou qualquer limitação de volume de dados, devendo o serviço operar sem restrição de quantidade de dados trafegados.

9.1.7. O link a ser instalado no endereço Avenida Rodrigues Alves nº 20 – Praça Mauá – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20081-250 (Lote 1 – Item 3) deverá disponibilizar, no mínimo, 16 (dezesesseis) endereços IP públicos válidos, correspondentes a bloco CIDR /28, incluindo os equipamentos necessários à disponibilização do acesso até a interconexão com a rede local da PortosRio.

9.1.8. Os demais links deverão disponibilizar, no mínimo, 04 (quatro) endereços IP públicos válidos, correspondentes a bloco CIDR /30, incluindo os equipamentos necessários à disponibilização do acesso até a interconexão com a rede local da PortosRio.

9.1.9. Os endereços IP fornecidos deverão ser públicos, válidos e roteáveis na Internet global, pertencentes a bloco oficialmente registrado e anunciado pela CONTRATADA.

9.1.10. Os links contratados deverão fornecer endereçamento IP público válido e roteável na Internet, conforme quantitativos definidos neste Termo de Referência, não sendo admitida a utilização de CGNAT (Carrier Grade NAT), NAT compartilhado ou qualquer mecanismo de tradução de endereços que impeça o acesso direto aos endereços IP públicos disponibilizados à CONTRATANTE.

9.1.11. Os links de acesso dedicado à internet deverão possuir suporte nativo aos protocolos IPv4 e IPv6, permitindo a utilização simultânea de ambos os protocolos (dual stack), em conformidade com as recomendações e padrões técnicos vigentes da Internet Engineering Task Force (IETF).

9.1.12. Caso solicitado pela PortosRio durante a vigência contratual, a CONTRATADA deverá viabilizar a ativação do protocolo IPv6, sem ônus adicional, desde que mantidas as condições técnicas originalmente contratadas.

9.1.13. Os links deverão permitir, quando solicitado pela PortosRio, a implementação de roteamento dinâmico por meio do protocolo BGP (Border Gateway Protocol) para troca de rotas entre a rede da CONTRATANTE e o backbone da CONTRATADA, desde que a infraestrutura da CONTRATANTE esteja preparada para tal funcionalidade.

9.1.14. O serviço IP dedicado deverá suportar aplicações baseadas no protocolo TCP/IP, incluindo, mas não se limitando a HTTP, HTTPS, FTP (File Transfer Protocol), TELNET (Terminal Network), SMTP (Simple Mail Transfer Protocol), POP3 (Post Office Protocol version 3), LDAP (Lightweight Directory Access Protocol), e VPN, e tráfego de vídeo e voz sobre IP (VoIP), nos sentidos entrada e saída da Internet.

9.1.15. Os enlaces deverão ser entregues por meio de interface Ethernet com capacidade mínima compatível com a banda contratada, admitindo-se interfaces Gigabit Ethernet ou superiores.

9.1.16. A CONTRATADA deverá fornecer, instalar e manter o equipamento de acesso (CPE) necessário à entrega do serviço, devidamente configurado para interconexão com a rede da PortosRio.

9.1.17. A PortosRio deverá possuir acesso de leitura (read-only) às informações operacionais do CPE, para fins de monitoramento e diagnóstico.

9.1.18. A rede da CONTRATADA deverá possuir sincronização de horário por meio do protocolo NTP (Network Time Protocol) ou SNTP, com referência a fontes de tempo oficiais, como o Observatório Nacional, conforme normas técnicas aplicáveis.

9.1.19. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, enlaces, cabos, acessórios e demais componentes necessários à prestação do serviço, incluindo materiais e infraestrutura para interligação até o ponto de conexão com a rede interna da PortosRio, tais como eletrodutos, canaletas, cabeamento, racks (quando necessário) e demais acessórios de instalação.

9.1.20. Todos os equipamentos e enlaces fornecidos deverão ser novos e de primeiro uso, obedecendo rigorosamente às normas e recomendações em vigor elaboradas por órgãos oficiais ou entidades reconhecidas na área, tais como a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), e entidades de padrões reconhecidos internacionalmente, como a ITU-T (International Telecommunication Union), a ISO (International Standardization Organization), a IEEE (Institute of Electrical and Electronics Engineers) e a EIA/TIA (Electronics Industry Alliance and Telecommunication Industry Association).

9.1.21. Não poderão ser ofertados ou instalados equipamentos descontinuados ou em processo de descontinuação pelo fabricante.

9.1.22. A PortosRio poderá, a qualquer tempo, solicitar à CONTRATADA a comprovação das especificações técnicas exigidas, por meio de testes de funcionamento realizados na presença da equipe técnica da Companhia.

9.1.23. Havendo viabilidade técnica, a PortosRio poderá solicitar, durante a vigência contratual, a alteração do endereço de instalação dos circuitos, dentro dos municípios previstos no respectivo lote.

9.1.24. Caso o novo endereço esteja localizado em raio de até 5 km do endereço original, a alteração deverá ser realizada sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

9.1.25. Nos demais casos, a CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico detalhado com os custos de instalação, sujeito à aprovação da fiscalização contratual.

9.1.26. As características descritas neste item representam requisitos mínimos obrigatórios, podendo as licitantes ofertar soluções com especificações superiores, desde que mantida a plena compatibilidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

9.2. Especificações do serviço de proteção anti-DDos

9.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar mecanismos de detecção e mitigação de ataques de negação de serviço (DoS e DDoS) como funcionalidade integrada ao serviço de acesso dedicado à Internet, operada em seu backbone de rede, com o objetivo de evitar a saturação da banda de acesso e a indisponibilidade dos serviços da PortosRio durante eventos de ataque.

9.2.2. A proteção deverá ser aplicada a todos os endereços IP públicos disponibilizados à PortosRio, incluindo os blocos de endereçamento definidos neste Termo de Referência, não sendo admitida proteção restrita apenas ao endereço IP principal do circuito.

9.2.3. A solução deverá ser capaz de detectar, analisar e mitigar ataques de negação de serviço conhecidos e anômalos, direcionados aos endereços IP da PortosRio.

9.2.4. A solução deverá contemplar mecanismos de mitigação para ataques baseados em IPv4, incluindo, mas não se limitando a:

I-ataques de inundação de banda (Bandwidth Flood), incluindo UDP Flood e ICMP Flood;

II-ataques à pilha TCP, incluindo SYN Flood, uso indevido de flags TCP, ataques de RST e FIN;

III-ataques baseados em fragmentação de pacotes IP, TCP ou UDP;

IV-ataques provenientes de botnets, worms ou redes distribuídas de máquinas comprometidas;

V-ataques que utilizem falsificação de endereços IP de origem (IP Spoofing).

9.2.5 A mitigação deverá ocorrer preferencialmente no backbone da CONTRATADA, antes que o tráfego malicioso alcance o enlace contratado pela PortosRio.

9.2.6. O processo de detecção e mitigação de ataques deverá ocorrer de forma automatizada, sem necessidade de intervenção manual da PortosRio para sua ativação.

9.2.7. Não será admitida a utilização de mecanismos de mitigação que dependam exclusivamente de bloqueios estáticos por meio de ACLs em roteadores de borda, devendo a solução utilizar mecanismos dinâmicos de detecção e mitigação de ataques.

9.2.8. A mitigação de ataques não poderá implicar bloqueio permanente dos endereços IP da PortosRio, devendo a solução priorizar a filtragem seletiva do tráfego malicioso e a preservação do tráfego legítimo.

9.2.9. As funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques deverão operar de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência contratual.

9.2.10. A solução de proteção deverá possuir serviço contínuo de atualização de assinaturas e mecanismos de identificação de ataques, devendo permanecer atualizada durante toda a vigência do contrato.

9.2.11. Durante eventos de mitigação de ataques, a solução deverá preservar o tráfego legítimo sempre que tecnicamente possível, evitando impactos desnecessários aos serviços da PortosRio.

9.2.12. A funcionalidade de proteção contra ataques DoS/DDoS deverá estar incluída no valor do serviço de acesso à Internet, não sendo admitida cobrança adicional relacionada ao volume de mitigação de ataques, ao número de endereços IP protegidos ou à ativação da proteção.

9.3. Locais de Instalação e velocidades contratadas:

9.3.1. LOTE 1 - Contratação dos links de acesso a internet para as unidades da PortosRio localizadas nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói:

ITEM	DESCRIÇÃO	LARGURA DE BANDA (Mbps)	UNIDADE DA PortosRio	ENDEREÇO	LOCALIDADE	QUANT
1	Link dedicado de Internet	200	Sede	Rua Dom Gerardo nº 35 - Centro/ RJ - CEP 20090-030	Rio de Janeiro/RJ	1
2		500	Nova Sede	Avenida Rio Branco, nº 1, Centro/ RJ - CEP 20090-003	Rio de Janeiro/RJ	1
3		500	Superintendência do Porto do Rio de Janeiro	Avenida Rodrigues Alves nº 20 - Praça Mauá/ RJ - CEP.: 20081-250	Rio de Janeiro/RJ	1
4		50	Policlínica	Avenida Rodrigues Alves nº 129 - Centro/ RJ	Rio de Janeiro/RJ	1
5		50	Gerência do Porto de Niterói	Rua Feliciano Sodré, nº 215 - Centro de Niterói/ RJ CEP 24030-012	Niterói/RJ	1

I - Após a conclusão da migração definitiva das atividades atualmente executadas na sede da Rua Dom Gerardo nº 35 para a Nova Sede Institucional, a PortosRio poderá reavaliar a necessidade de manutenção dos enlaces vinculados à sede atual, podendo promover a adequação dos quantitativos contratados conforme a configuração operacional vigente à época.

9.3.2. LOTE 2 - Contratação de link de acesso a internet para a unidade da PortosRio localizada no município de Arraial do Cabo:

ITEM	DESCRIÇÃO	LARGURA DE BANDA (Mbps)	UNIDADE DA PortosRio	ENDEREÇO	LOCALIDADE	QUANT
1	Link dedicado de Internet	50	Porto do Forno	Loteamento área portuária, nº 100 - Lte: 0001 - Praia dos Anjos - Arraial do Cabo - Rio de Janeiro CEP 28930-000 Coordenadas principais: 22°58'27"S / 42°01'04"O.	Arraial do Cabo/RJ	1

10. INSTALAÇÃO E ATIVAÇÃO DOS LINKS

10.1. A CONTRATADA será responsável pela instalação, configuração, ativação e realização dos testes operacionais dos links de acesso à Internet, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos, materiais e serviços necessários à plena disponibilização do serviço.

10.2. A instalação deverá contemplar toda a infraestrutura necessária à entrega do serviço até o ponto de interconexão com a rede local da PortosRio, incluindo a passagem de cabos, fornecimento e instalação de conectores, instalação de eletrodutos, canaletas e acessórios, organização do cabeamento e instalação e configuração dos equipamentos de acesso (CPE), sempre que necessário para a adequada prestação do serviço.

10.3. Após a conclusão da instalação física, deverão ser realizados testes de funcionamento e desempenho com o objetivo de verificar a plena operacionalidade do serviço contratado. A ativação do link somente será considerada concluída após a verificação da conectividade com a Internet, validação da largura de banda contratada, validação do endereçamento IP disponibilizado, validação da comunicação com a rede interna da PortosRio e confirmação da estabilidade do serviço.

10.4. Concluída a instalação, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à PortosRio para fins de realização da aceitação técnica do circuito.

10.5. O início da contagem do prazo contratual e da cobrança do serviço somente ocorrerá após a aceitação técnica do link pela PortosRio, mediante comprovação de que o serviço se encontra plenamente operacional e em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

10.6. Caso sejam identificadas inconformidades durante os testes ou no período de verificação inicial, a CONTRATADA deverá realizar os ajustes necessários, sem qualquer ônus adicional para a PortosRio.

10.7. Atividades de Transição

10.7.1. Com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços de conectividade durante a substituição do contrato vigente, a implantação dos novos enlaces deverá ocorrer de forma planejada e coordenada com a equipe técnica da PortosRio, de modo a minimizar impactos à operação das unidades atendidas.

10.7.2. A CONTRATADA deverá realizar a instalação, ativação e validação dos novos circuitos observando o cronograma e as janelas de execução previamente acordadas com a PortosRio.

10.7.3. Após a validação técnica dos novos enlaces pela PortosRio, a Companhia poderá promover, conforme seu planejamento operacional e contratual, a migração dos serviços e a eventual desativação dos circuitos anteriormente utilizados.

10.7.4. As atividades relacionadas à configuração interna da infraestrutura de rede da PortosRio, incluindo ajustes em equipamentos, políticas de rede, sistemas corporativos e demais adequações internas do ambiente tecnológico, permanecerão sob responsabilidade da equipe técnica da Companhia.

10.7.5. Ao término da vigência contratual, a CONTRATADA deverá prestar apoio operacional necessário à transição dos serviços para eventual nova solução contratada pela PortosRio, incluindo o fornecimento de informações técnicas dos circuitos ativos e apoio à desativação controlada dos enlaces, de modo a evitar impactos indevidos à continuidade dos serviços.

11. GERÊNCIA DE REDE

11.1. A CONTRATADA deverá prover serviço de gerenciamento e monitoramento proativo dos links contratados, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, sem interrupção, abrangendo tanto os elementos de sua infraestrutura de rede quanto os circuitos de acesso disponibilizados à PortosRio, com o objetivo de detectar, registrar e tratar eventuais falhas ou degradações do serviço.

11.2. O serviço de monitoramento deverá permitir a detecção automática de falhas ou degradações de desempenho, possibilitando à CONTRATADA iniciar os procedimentos de diagnóstico e recuperação do serviço independentemente da abertura de chamado pela PortosRio.

11.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar à PortosRio acesso a portal eletrônico de monitoramento, protegido por autenticação, por meio do qual seja possível consultar informações operacionais dos links contratados, incluindo gráficos de desempenho, histórico de utilização de banda, registros de indisponibilidade e demais indicadores relevantes de funcionamento do serviço.

11.4. A gerência de rede da CONTRATADA deverá realizar ações de acompanhamento e tratamento proativo de incidentes, com o objetivo de garantir o cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente no que se refere à disponibilidade, desempenho e estabilidade dos links contratados.

11.5. Na ocorrência de qualquer falha nos acessos contratados, os sistemas de monitoramento da CONTRATADA deverão registrar automaticamente a ocorrência e iniciar o processo de diagnóstico e recuperação do serviço, mantendo o acompanhamento do incidente até a completa normalização do funcionamento do link.

11.6. A solução de monitoramento deverá permitir a consulta ao histórico de desempenho e disponibilidade dos links, de forma a possibilitar à PortosRio acompanhar tendências de utilização da rede e subsidiar atividades de gestão e fiscalização contratual.

12. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA – SERVICE LEVEL AGREEMENT)

12.1. Os links de acesso à Internet deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante toda a vigência contratual.

12.2. Não serão computadas no cálculo de disponibilidade mensal até 03 (três) interrupções anuais do serviço, destinadas à realização de manutenção preventiva ou preditiva, desde que:

12.2.1. Sejam previamente agendadas em comum acordo com a PortosRio; e

12.2.2. Sejam comunicadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;

12.2.3. Sejam realizadas preferencialmente aos finais de semana ou em períodos de menor impacto operacional, salvo autorização expressa da PortosRio para realização em outro horário.

12.3. Cada manutenção programada não poderá ultrapassar 04 (quatro) horas de duração, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e previamente aprovadas pela PortosRio.

12.4. Intervenções realizadas sem comunicação prévia ou fora das condições estabelecidas neste Termo de Referência serão consideradas indisponibilidade do serviço para fins de cálculo do SLA.

12.5. O prazo máximo para solução de qualquer problema de inoperância do acesso à Internet decorrente de falha física ou lógica do circuito será de 04 (quatro) horas, contado a partir da abertura do chamado técnico pela PortosRio ou da detecção automática da falha pela CONTRATADA.

12.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento técnico em regime 24x7, para registro e acompanhamento de incidentes relacionados aos links contratados.

12.7. Os chamados técnicos poderão ser abertos pela PortosRio por meio dos canais disponibilizados pela CONTRATADA ou automaticamente pela própria CONTRATADA, por meio de seus sistemas de monitoração.

12.8. Para fins de apuração de SLA, será considerado como início da indisponibilidade o primeiro registro de falha identificado por qualquer das partes, seja pela PortosRio ou pela CONTRATADA.

12.9. A CONTRATADA deverá garantir Índice de Disponibilidade Mensal (IDM) mínimo de 99,2% para cada link contratado.

12.10. O Índice de Disponibilidade Mensal (IDM) corresponde ao percentual de tempo, durante o mês de operação, em que o serviço de acesso à Internet permaneça em condições normais de funcionamento, incluindo todos os seus componentes, tais como enlaces físicos, interfaces, roteadores, concentradores e repetidores.

12.11. O índice será calculado com base na seguinte fórmula:

$$IDM = [(To - Ti) / To] * 100$$

Onde:

- IDM = Índice de Disponibilidade Mensal do serviço (%)
- To = Período total de operação no mês (em minutos)
- Ti = Somatório dos tempos de indisponibilidade do serviço no mês (em minutos)

12.12. Para fins de cálculo do IDM, será considerada indisponibilidade do serviço qualquer situação em que ocorra:

- 12.12.1. interrupção total da conectividade do link;
- 12.12.2. falha na porta de acesso ao serviço;
- 12.12.3. degradação severa do serviço que impeça a utilização normal do link;

12.13. A indisponibilidade do serviço poderá ser comprovada por meio de registros de monitoramento da rede da PortosRio, registros de monitoramento da CONTRATADA, testes de conectividade ou outros meios técnicos equivalentes que evidenciem a interrupção ou degradação do serviço.

12.14. No caso de ocorrência de nova inoperância em período inferior a 04 (quatro) horas após o restabelecimento do serviço, será considerado como tempo de indisponibilidade o intervalo contínuo entre o início da primeira falha e a completa normalização do serviço após a última falha.

12.15. Caso o Índice de Disponibilidade Mensal (IDM) do serviço fique abaixo do valor mínimo estabelecido, será aplicada glosa sobre o valor mensal do acesso afetado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE MENSAL (IDM)	PERCENTUAL DE GLOSA SOBRE O VALOR MENSAL DO LINK
Menor que 99,2% e maior ou igual a 98,5%	3%
Menor que 98,5% e maior ou igual a 97%	5%
Menor que 97% e maior ou igual a 95%	12%
Menor que 95%	20%

12.16. Além do Índice de Disponibilidade Mensal (IDM), o serviço deverá atender aos seguintes parâmetros de desempenho da rede, considerando medições realizadas entre o ponto de entrega do serviço nas dependências da PortosRio e o backbone IP da CONTRATADA:

- 12.16.1 A latência média da rede não deverá ser superior a 80 ms;
- 12.16.2. A perda de pacotes na rede da CONTRATADA não deverá ser superior a 1%; e
- 12.16.3. O *jitter* médio da rede não deverá ser superior a 30 ms.

12.17. O eventual descumprimento dos indicadores de desempenho não será caracterizado como indisponibilidade do serviço, mas como degradação de qualidade, devendo a CONTRATADA adotar as medidas necessárias para restabelecimento dos parâmetros estabelecidos.

12.18. Será caracterizada recorrência de falhas quando ocorrerem mais de 04 (quatro) interrupções do serviço no período de 30 dias, independentemente da duração individual de cada evento.

12.19. Para fins deste Termo de Referência, considera-se "interrupção do serviço" qualquer perda total de conectividade do link contratado superior a 5 (cinco) minutos, não decorrente de falhas na infraestrutura elétrica ou de rede interna da PortosRio.

12.20. A ocorrência de recorrência de falhas acarretará glosa adicional correspondente a 2% (dois por cento) do valor mensal do circuito afetado, independentemente do Índice de Disponibilidade Mensal apurado.

12.21. Caso a recorrência de falhas se repita por dois meses consecutivos, a glosa adicional será elevada para 5% (cinco por cento) do valor mensal do circuito afetado.

12.22 A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, relatório técnico contendo análise de causa raiz do problema e plano de ação para eliminação da instabilidade observada.

12.23. A PortosRio poderá solicitar relatórios periódicos de desempenho da rede sempre que julgar necessário.

13. CENTRAL DE ATENDIMENTO

13.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento técnico especializada, destinada ao registro, acompanhamento e tratamento de incidentes relacionados aos links contratados.

13.2. A Central de Atendimento deverá disponibilizar número telefônico nacional não tarifado (0800), bem como outros canais de atendimento, tais como portal eletrônico e/ou endereço de correio eletrônico, destinados ao registro de chamados técnicos pela PortosRio.

13.3. O serviço de registro de chamados deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência contratual.

13.4. Cada solicitação registrada deverá gerar número de protocolo ou ordem de serviço, que deverá ser informado imediatamente ao solicitante, permitindo o acompanhamento do atendimento e a verificação do cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

13.5. A Central de Atendimento deverá estar apta a registrar e tratar chamados técnicos relacionados, no mínimo, aos seguintes aspectos dos serviços contratados:

13.5.1. Indisponibilidade ou degradação dos links de acesso à Internet;

13.5.2. Falhas na infraestrutura física dos circuitos;

13.5.3. Configuração e operação do equipamento de acesso (CPE);

13.5.4. Roteamento e endereçamento IP;

13.5.4. Monitoramento e gerenciamento de rede;

13.5.5. Incidentes de segurança relacionados aos links contratados.

13.6. O atendimento deverá ser realizado por equipe técnica capacitada, apta a registrar, classificar, acompanhar e encaminhar os chamados para tratamento até a completa solução do incidente.

13.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar mecanismo que permita à PortosRio consultar, a qualquer momento, o status e histórico dos chamados registrados.

14. PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

14.1. Condições gerais de entrega:

14.1.1. O prazo para a instalação e ativação dos links é de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço expedida pela Fiscalização.

14.1.2. A Ordem de Serviço emitida pela Fiscalização deverá indicar os circuitos cuja instalação e ativação deverão ser executadas imediatamente pela CONTRATADA.

14.1.3. Este prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, uma única vez, por até igual período, desde que a CONTRATADA apresente justificativa formal devidamente fundamentada, acompanhada de documentação que comprove a necessidade da prorrogação. A solicitação deverá ser submetida à apreciação da Fiscalização do contrato, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias consecutivos do término do prazo originalmente pactuado.

14.1.4. A prorrogação estará condicionada à análise e aprovação pela Fiscalização, que avaliará a pertinência dos motivos apresentados.

14.2. Condições específicas de entrega:

14.2.1. O circuito destinado à Nova Sede Institucional da PortosRio, localizada na Avenida Rio Branco nº 1 – Centro/RJ (RB1), poderá ser objeto de Ordem de Serviço específica posterior, considerando que a unidade ainda se encontra em processo de adequação para futura ocupação gradual pelas equipes da Companhia.

14.2.2. O prazo de instalação do referido circuito será contado a partir da emissão da respectiva Ordem de Serviço.

14.2.3. O faturamento do circuito destinado à Nova Sede Institucional somente será devido após sua efetiva instalação, ativação e aceitação técnica pela PortosRio, observadas as disposições deste Termo de Referência.

14.3. Condições de recebimento:

14.3.1. O recebimento pode ser:

a) Provisório: no caso de aquisição de equipamentos e outros objetos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à PortosRio, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela CONTRATADA;

b) Parcial: relativo a etapas ou parcelas do objeto, definidas no instrumento contratual, representando aceitação da execução da etapa ou parcela;

c) Definitivo: relativo à aceitação da integralidade do instrumento contratual e liberação da CONTRATADA tocante a vícios aparentes.

14.3.2. Se o instrumento contratual não dispuser de forma diferente, os recebimentos devem ocorrer, a contar da comunicação por parte da CONTRATADA direcionada ao Fiscal, nos seguintes prazos:

a) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento provisório;

b) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento parcial;

c) Até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

14.4. Em caso de atraso na entrega do objeto, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades descritas no item 27.

14.5. Deverão ser observados ainda pelas partes as demais disposições constantes sobre o tema no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da PortosRio (IN.GECOMP.06.001 – Gerir Compras e Instrumentos Contratuais) e no o *Instrumento Normativo GERCOS 10.003*.

15. VISITA TÉCNICA

15.1. A licitante poderá realizar vistoria técnica nos locais de execução dos serviços, com o objetivo de inspecionar as instalações e obter, para sua própria utilização e sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações necessárias à adequada elaboração da proposta, observando o cronograma a seguir:

15.1.1. No município do Rio de Janeiro

No 3º dia útil após a publicação do Edital de licitação, às 10h ou às 14h.

15.1.2. No município de Niterói:

No 4º dia útil após a publicação do Edital de licitação, às 10h ou às 14h.

15.1.3. No município de Arraial do Cabo

No 5º dia útil após a publicação do Edital de licitação, às 10h ou às 14h.

15.2. A vistoria deverá ser realizada por representante da licitante devidamente identificado, mediante agendamento prévio, a ser solicitado por meio do e-mail gersol@portosrio.gov.br

15.3. O representante designado pela licitante para a realização da vistoria deverá apresentar, no momento da visita, documento oficial de identificação, bem como autorização formal emitida pela licitante para a realização da visita técnica.

15.4. A vistoria técnica possui caráter facultativo, e sua não realização pressupõe que a licitante possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades relacionadas à execução do objeto, responsabilizando-se integralmente pela elaboração de sua proposta e pela execução contratual. Assim, não serão aceitas alegações posteriores relacionadas ao desconhecimento das condições locais, especificações ou obrigações relativas ao objeto da contratação, permanecendo a futura CONTRATADA responsável pela execução integral do contrato nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

15.5. Ao final da visita técnica, o representante da licitante deverá assinar a Declaração de Vistoria Técnica, conforme modelo constante do Anexo I, a qual será juntada aos autos do processo licitatório.

15.6. Não serão realizadas visitas técnicas sem prévio agendamento.

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1. A (s) empresa (s) deverá (ão), obrigatoriamente, caso se sagre (m) vencedora (s) do certame apresentar:

16.1.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m), a prestação de serviço de fornecimento de link dedicado de acesso à Internet, com características técnicas compatíveis com o objeto desta contratação, pelo período mínimo de 01 (um) ano.

16.1.2. Documentação que comprove a outorga válida para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em conformidade com a regulamentação vigente.

16.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar relacionado(s) à atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme especificado em seu contrato social registrado na junta comercial competente.

16.3. Cada atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: nome do declarante, CNPJ, endereço, telefone da empresa emitente e descrição clara que permita comprovar que os serviços prestados atendem aos requisitos de qualidade exigidos.

16.4. A PortosRio poderá solicitar, em caráter de diligência, informações complementares para comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), como a cópia do contrato que deu suporte à contratação, o endereço atual da contratante, o local em que os serviços foram prestados, entre outros.

17. VALOR ESTIMADO

17.1. O valor estimado para o presente processo licitatório é sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, em conformidade com o art. 15 do Decreto nº. 10.024/2019.

17.2. A proposta comercial deverá conter, no mínimo, as informações dispostas na tabela a seguir, incluindo o valor total para o contrato, em formato numérico e por extenso, e a validade da proposta.

LOTE 1								
ITEM	DESCRIÇÃO	LARGURA DE BANDA (Mbps)	UNIDADE DA PortosRio	ENDEREÇO	LOCALIDADE	QUANT	VALOR MENSAL	VALOR INSTALAÇÃO
1	Link dedicado de Internet	200	Sede	Rua Dom Gerardo nº 35 - Centro/ RJ - CEP 20090-030	Rio de Janeiro/RJ	1		
2		500	Nova Sede	Avenida Rio Branco, nº 1, Centro/ RJ - CEP 20090-003	Rio de Janeiro/RJ	1		
3		500	Superintendência do Porto do Rio de Janeiro	Avenida Rodrigues Alves nº 20 - Praça Mauá/ RJ - CEP.: 20081-250	Rio de Janeiro/RJ	1		
4		50	Policlínica	Avenida Rodrigues Alves nº 129 - Centro/ RJ	Rio de Janeiro/RJ	1		
5		50	Gerência do Porto de Niterói	Rua Feliciano Sodré, nº 215 - Centro de Niterói/ RJ CEP 24030-012	Niterói/RJ	1		
VALOR TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS (A)							R\$ 0,00	

VALOR TOTAL DA INSTALAÇÃO (B)	R\$ 0,00
VALOR ANUAL DO CONTRATO (A * 12)	R\$ 0,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO DE 36 MESES = (A x 36) + B	R\$ 0,00

LOTE 2								
ITEM	DESCRIÇÃO	LARGURA DE BANDA (Mbps)	UNIDADE DA PortosRio	ENDEREÇO	LOCALIDADE	QUANT	VALOR MENSAL	VALOR INSTALAÇÃO
1	Link dedicado de Internet	50	Porto do Forno	Loteamento área portuária, nº 100 - Lte: 0001 - Praia dos Anjos - Arraial do Cabo - Rio de Janeiro CEP 28930-000	Arraial do Cabo/RJ	1		
VALOR TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS (A)							R\$ 0,00	
VALOR TOTAL DA INSTALAÇÃO (B)							R\$ 0,00	
VALOR ANUAL DO CONTRATO (A * 12)							R\$ 0,00	
VALOR TOTAL DO CONTRATO DE 36 MESES = (A x 36) + B							R\$ 0,00	

17.3. Para fins de análise de eventuais reequilíbrios econômicos e acréscimos contratuais, a licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, memória de cálculo contendo a composição do valor mensal do serviço, discriminando os principais componentes de custo envolvidos na prestação do serviço, tais como infraestrutura de acesso, porta de acesso, proteção contra ataques DDoS e tributos incidentes.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da execução do contrato previsto no presente termo correrão à conta da rubrica orçamentária de nº 225101001 - Tecnologia da Informação.

19. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS

19.1. A empresa contratada deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, apresentar à Fiscalização a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

19.2. A garantia poderá ser realizada por qualquer das formas estabelecidas no §1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

19.3. A garantia somente será devolvida à CONTRATADA quando terminada a execução contratual e depois do integral cumprimento das obrigações assumidas e constatada a inexistência de qualquer débito com a PortosRio, e, ainda, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

19.4. Em caso de aditamento ao instrumento contratual, importando tal fato na elevação de seu valor total, a CONTRATADA se obriga a reforçar proporcionalmente as garantias prestadas.

19.5. A garantia será considerada extinta em até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

20. PAGAMENTO

20.1. O pagamento das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes será efetuado pela PortosRio no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela Fiscalização, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da CONTRATADA.

20.2. As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes deverão ser apresentadas sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.

20.3. Havendo erro nas notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, as notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes serão devolvidas à CONTRATADA pela FISCALIZAÇÃO e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal. Também poderá ser motivo de devolução, se a mesma for entregue após o 5º (quinto) dia útil do mês.

20.4. Nas notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes é recomendado que a CONTRATADA faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao instrumento contratual, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

20.5. As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes deverão ser entregues ao respectivo Gestor ou Fiscal do instrumento contratual, especificando o objeto e as quantidades, se houver.

20.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela PortosRio, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira com base no Índice IPCA, "pro rata die", calculado pelo IBGE, ou, se extinto, por qualquer outro índice a ser acordado entre as partes, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta.

20.7. Junto às notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, a CONTRATADA apresentará a cópia das certidões negativas de débitos com a Receita Federal/INSS e FGTS ou apresentação do Registro Cadastral no SICAF, atualizado, contendo as informações sobre validade das citadas certidões.

20.8. Eventual situação de irregularidade fiscal da CONTRATADA não impede o pagamento, se o material/serviço tiver sido entregue/prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e eventual rescisão contratual.

20.9. O imposto sobre serviços que for devido será de responsabilidade da CONTRATADA e pago ao Município, em guia própria, devendo posteriormente ser comprovado o seu pagamento junto à FISCALIZAÇÃO da PortosRio, bem como os recolhimentos relativos ao INSS/FGTS, cujos comprovantes de pagamento deverão ser anexados, por cópia, ao processo a que se refere o instrumento contratual.

20.10. A PortosRio, quando do pagamento, procederá conforme previsão na legislação tributária à retenção dos tributos e contribuições devidos pela CONTRATADA.

21. VIGÊNCIA

21.1. O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses para ambos os lotes, contados a partir da assinatura do instrumento contratual. A vigência poderá ser prorrogada por meio de Termo Aditivo, desde que haja concordância formal entre as partes e disponibilidade orçamentária da PortosRio, observados os limites previstos no art. 71 da Lei nº 13.303/16 e no Anexo IX da IN SEGES nº 5/2017, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a PortosRio mantém interesse na realização do serviço; Seja comprovado que o valor contratual permanece economicamente vantajoso para a PortosRio;
- d) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

22. REAJUSTE

22.1. O valor será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da CONTRATADA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta, pela variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, divulgado pela Anatel.

22.2. O reajuste será calculado segundo a seguinte fórmula geral:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R: valor do reajustamento;

V: valor do serviço a ser reajustado;

I₀: índice específico, referente ao mês do recebimento das propostas;

I: índice específico, referente ao mês da execução dos serviços.

22.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

23. DO GESTOR

23.1. A gestão dos instrumentos contratuais ficarão a cargo da Gerência de Operação de Soluções - GERSOL.

23.2. A substituição da gestão contratual somente ocorrerá por ato formal de competência do Diretor-Presidente da PortosRio ou a quem ele delegar.

24. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

24.1. O objeto será recebido por empregado (s) designado (s) pela PortosRio, denominado simplesmente FISCALIZAÇÃO, independentemente de qualquer outro assessoramento ou acompanhamento que venha a ser determinada pela PortosRio, a seu exclusivo juízo.

24.2. Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA, serão realizados por escrito, devendo ser anotados em registro próprio, onde deverá constar o ciente das partes, nas ocasiões devidas, assim como as providências tomadas e seus efeitos, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

24.3. O procedimento de FISCALIZAÇÃO não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade relativa à execução do objeto, por seus empregados, prepostos ou contratados, e, na sua ocorrência, não implicará em corresponsabilidade da PortosRio ou de seus empregados ou prepostos.

24.4. Caso haja registro de ocorrência(s) relacionada(s) com a execução deste instrumento contratual que possa(m) ensejar a aplicação de penalidade, o Gestor ou a FISCALIZAÇÃO deste Contrato dará ciência do ocorrido à Corregedoria da PortosRio, através da OUVGER, para fins de apuração e, se for o caso, aplicação de sanção na forma do **IN.GECOMP 06.002 - Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas**).

24.5. A tolerância ou o não exercício pela PortosRio de quaisquer direitos a ela assegurados no instrumento contratual ou na legislação não importará em novação ou renúncia a qualquer desses direitos.

24.6. Das decisões da FISCALIZAÇÃO, poderá a CONTRATADA recorrer, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sem efeito suspensivo, ao Diretor Administrativo-Financeiro da PortosRio, através da FISCALIZAÇÃO.

24.7. A FISCALIZAÇÃO da PortosRio reservar-se-á o direito de impugnar o que não for realizado a contento, ficando a CONTRATADA na obrigação de refazê-los sem qualquer ônus para a PortosRio.

25. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

25.1. Na execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá acesso a informações sensíveis da PortosRio, cabendo à mesma as seguintes responsabilidades:

25.1.1. Sigilo e Confidencialidade: Manter absoluto sigilo e confidencialidade sobre toda e qualquer informação à qual venha a ter acesso em decorrência da execução do contrato. As informações devem ser tratadas como confidenciais, exceto aquelas previamente classificadas como de domínio público pela PortosRio. O descumprimento dessa obrigação poderá resultar em responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme previsto no art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal Brasileiro) e na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

25.1.2. Responsabilidade pela Divulgação: Assumir total responsabilidade pela divulgação não autorizada ou uso inadequado de qualquer informação pertencente à PortosRio, sendo responsável pelas consequências legais decorrentes.

26. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

26.1. A CONTRATADA, no que couber, deverá atender os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República e nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª Edição Atualizada e Ampliada, novembro/2025.

27. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

27.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:

I-Advertência.

II-Multa.

III-Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PortosRio, por até 2 (dois) anos.

27.2. A sanção de multa constante do inciso II do subitem anterior poderá ser aplicada de forma cumulativa com as constantes dos incisos I e III do mesmo subitem.

27.3. Da sanção de advertência

27.3.1. A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

27.3.2. A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de multa pela PortosRio.

27.4. sanção de multa

27.4.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão.

b) Em decorrência de não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado pelo licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão.

c) Pela recusa em assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão.

d) Pelo atraso na instalação dos links, poderá ser aplicada multa correspondente a até 1% (um por cento) ao dia sobre o valor anual do instrumento contratual, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. A partir do 6º (sexto) dia, o percentual de multa será de 3% (três por cento) sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 5 (cinco) dias.

e) Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. A partir do 6º

(sexto) dia, o percentual de multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 2 (dois) dias.

f) No caso de não cumprimento dos prazos estabelecidos no subitem anterior, ficará a critério da Contratante, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, prosseguir com os procedimentos relativos à rescisão contratual.

g) No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de até 20% sobre o valor do instrumento contratual.

h) No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de até 30% sobre o valor do instrumento contratual.

27.4.2. O não pagamento da multa aplicada poderá ensejar a adoção das medidas cabíveis, inclusive cobrança judicial, observado o disposto na IN.GECOMP.06.002.

27.4.3. Será considerado como "inexecução parcial" o atraso na entrega do objeto superior a 15 dias, sem a devida justificativa, devendo esta ser informada à Fiscalização com antecedência mínima de 10 dias consecutivos do prazo de entrega definido no cronograma de execução, para análise.

27.4.4. Será considerado como "inexecução total" o atraso na entrega do objeto superior a 30 dias, sem a devida justificativa, devendo esta ser informada à Fiscalização com antecedência mínima de 10 dias consecutivos do prazo de entrega definido no cronograma de execução, para análise.

27.4.5. A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

27.5. Da sanção de suspensão

27.5.1. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à PortosRio, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

27.5.2. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

27.5.3. A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

27.6. Para aplicação de quaisquer das sanções previstas, a PortosRio definirá o rito apropriado, observando, em especial, o seguinte:

a) Notificação formal à CONTRATADA.

b) Garantia do contraditório e da ampla defesa.

c) Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

27.7. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a PortosRio autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA o valor da multa devida.

27.8. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

27.9. Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

27.10. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo acima, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

27.11. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da PortosRio.

27.12. No caso de haver rescisão contratual, a CONTRATADA deverá fornecer, pelo período mínimo de 30 (trinta) dias corridos, todas as informações necessárias à transição para a nova contratada, além de elaborar e atualizar toda a documentação que por ventura não tenha sido devidamente gerada ou atualizada durante o período de vigência do contrato.

27.13. As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

28. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

28.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 13.303/16, a CONTRATADA deverá:

28.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à PortosRio, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

28.1.2. Deverá primar pelo bom planejamento das atividades, utilizar as boas práticas técnicas e de governança, avaliar previamente a viabilidade técnica, os riscos e os impactos de suas ações, planejar e documentar adequadamente as mudanças de configuração dos ativos de Segurança da Informação.

28.1.3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

28.1.4. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.

28.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

28.1.6. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

28.1.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, salvo com expressa autorização da PortosRio.

28.1.8. Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à PortosRio e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, quando comprovada a culpa ou dolo da CONTRATADA.

28.1.9. Comunicar a PortosRio, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

28.1.10. Manter os seus profissionais qualificados nas ferramentas, metodologias, processos e tecnologias utilizados pela PortosRio durante toda a vigência do contrato.

28.1.11. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da PortosRio.

28.1.12. Zelar pelo sigilo e confidencialidade de quaisquer informações referentes à estrutura, topologia, dados, usuários, sistemas, bem como outras informações que porventura venha a ter acesso, em função do desempenho das suas atividades, relacionados à PortosRio, durante e após o fim do Contrato, salvo se houver autorização expressa por ela para divulgação;

28.1.13. Garantir sigilo e inviolabilidade das informações e comunicações realizadas por meio do serviço desta contratação, salvo nas hipóteses previstas em lei.

28.1.14. Responder pelos danos comprovadamente, após ampla defesa, causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de seus empregados ou prepostos, quando na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em função da fiscalização e acompanhamento realizados pela PortosRio.

29. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

29.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016, a PortosRio deverá:

29.1.1. Exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados.

29.1.2. Assegurar-se da boa prestação e da boa qualidade dos serviços prestados.

29.1.3. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.

29.1.4. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando necessário, para execução dos serviços.

29.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

29.1.6. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

29.1.7. Solicitar a empresa contratada, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços desejados.

29.1.8. Informar a empresa contratada de atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados.

29.1.9. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução dos serviços.

30. DAS RESPONSABILIDADES

30.1. O instrumento contratual será executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas nele avençadas e as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da PortosRio (IN.GECOMP.06.001 – Gerir Compras e Instrumentos Contratuais), do Instrumento Normativo GERCOS 10.003 e demais disposições legais pertinentes, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

30.2. A CONTRATADA assume a total responsabilidade pela execução plena e satisfatória do instrumento contratual, com estrita observância da proposta e especificações técnicas, respondendo perante a PortosRio e terceiros, por seus empregados, prepostos e contratados, além das perdas e danos porventura resultantes da ação dos mesmos.

30.3. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade sobre o que for executado com vícios ou defeitos, em virtude de ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência e/ou emprego de equipamentos ou procedimentos inadequados para a execução dos mesmos.

30.4. À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

30.4.1. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a PortosRio;

30.4.2. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução contratual, ainda que acontecido em dependência da PortosRio;

30.4.3. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução contratual, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

30.4.4. Encargos fiscais e comerciais que lhe caibam, resultantes desta contratação.

30.5. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no subitem anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à PortosRio, nem pode onerar o objeto contratual, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a PortosRio.

ANEXO I-A

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – DOD

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

INTRODUÇÃO

Em conformidade com IN.GERCOS 10.003, a fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento do Documento de Oficialização da Demanda pela Área de TIC. Este documento deverá ser elaborado pela Área Requisitante da solução.

PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO

Nome do Projeto: Fornecimento de links para internet	
Unidade/Setor/Depto.: GERSOL	
Responsável pela Demanda: Juliana de Araujo de Toledo	Matrícula: 09529

IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE REQUISITANTE

Nome: Juliana de Araujo de Toledo	Matrícula: 09529
Cargo: Gerente: Gerente de operação de soluções	Lotação: GERSOL
<p>Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE REQUISITANTE definidas na IN GERCOS 10.003, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.</p> <p>(assinado eletronicamente) JULIANA DE ARAUJO DE TOLEDO Gerente da GERSOL Integrante requisitante</p>	

IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Necessidade da Contratação

Dotar a PortosRio dos recursos necessários para o acesso integrado à rede corporativa a partir de todas as unidades da Companhia, bem como fornecer os meios de acesso à internet da Organização

ALINHAMENTO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
Perspectiva Portuária	Prover infraestrutura competitiva
Perspectiva Processos	Ter processos eficientes
Perspectiva Processos	Gerar informação integrada
Perspectiva Pessoas	Gerir competências e equipes

ALINHAMENTO AO PDTIC		
ID	AÇÃO DO PDTIC	PROJETOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS
N01	Internet de qualidade e redundância	Implementar SGAD RIO
		Implantar o calado dinâmico
		Implementar o VTMS - Rio
		Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA
		Implementar SIGPORT

ALINHAMENTO AO PLABS	
Item	Descrição
PDG GERSOL 2026 - pág. 6	Prestação de serviços de transmissão de dados, voz e imagem através de rede IP Multisserviço para a interligação das redes locais das unidades da PortosRio

Motivação/Justificativa

Atualmente os serviços relacionados à integração da rede local entre as unidades da PortosRio, assim como o provedor principal de internet são fornecidos pela operadora Goldcom, a partir do contrato CDRJ nº 02/2023.

Adicionalmente, observa-se que a PortosRio tem passado por diversas mudanças tecnológicas que demandam análise quanto à tecnologia e as velocidades empregadas atualmente.

Desse modo, faz-se necessário iniciar os estudos visando uma nova contratação que permita a continuidade dos serviços de transmissão de dados que atenda às necessidades atuais da PortosRio de forma satisfatória e considerando ainda os projetos futuros que envolvem integração, disponibilidade e eficiência na comunicação entre as unidades.

RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Integração das informações;

Comunicação mais ágil e eficiente e;

Aumento na disponibilidade dos serviços informatizados .

FONTE DE RECURSOS

A contratação proposta utilizará recursos próprios, através da rubrica orçamentária 225101001 - Tecnologia da Informação.

ENCAMINHAMENTO

Encaminhe-se à Superintendência de Tecnologia da Informação, para providências.

(assinado eletronicamente)

ALESSANDRO JORGE BARROS RIBEIRO
Gerente da GERSOL Substituto

PREENCHIMENTO PELA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE TÉCNICO**

Nome: Juliana de Araujo de Toledo	Matrícula: 09529
Cargo: Gerente de operação de soluções	Lotação: GERSOL

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE TÉCNICO definidas na IN GERCOS 10.003, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.

(assinado eletronicamente)

JULIANA DE ARAUJO DE TOLEDO
Integrante Técnico

IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Nome: Alessandro Jorge Barros Ribeiro	Matrícula: 09624
Cargo: Supervisor	Lotação: SUAITE

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE TÉCNICO definidas na IN GERCOS 10.003, bem como da minha

indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.

(assinado eletronicamente)
ALESSANDRO JORGE BARROS RIBEIRO
Integrante Administrativo

JUSTIFICATIVA PARA A DESIGNAÇÃO DE DIRIGENTE DA ÁREA DE TIC

Ausência de especialistas com atribuições e conhecimentos técnicos para atuar na elaboração do projeto requerido no presente documento.

ENCAMINHAMENTO

deverá: Encaminhe-se à autoridade competente da Área Administrativa, que

Decidir motivadamente sobre o prosseguimento da contratação;

Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação, conforme exposto no item 5.3.5.3 IN GERCOS 10.003.

(assinado eletronicamente)
ALESSANDRO JORGE BARROS RIBEIRO
Gerente da GERSOL Substituto

ANEXO I-B

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Estudo Técnico Preliminar constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e visa, essencialmente, assegurar sua viabilidade e embasar o termo de referência a ser elaborado, caso a contratação seja considerada exequível.

1.2. Nesse contexto, a presente análise tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento das demandas contidas no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, em consonância com a IN GERCOS 10.003.

2. DEFINIÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

2.1. Contextualização:

2.1.1. Atualmente os serviços relacionados à integração da rede local entre as unidades da PortosRio, assim como o provedor principal de internet são fornecidos pela operadora Goldcom, a partir do contrato CDRJ nº 02/2023, com vigência prevista até 26 de julho de 2026.

2.1.2. Tais serviços constituem elemento essencial à operação da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação da Companhia, suportando o funcionamento dos sistemas corporativos, o acesso a serviços em nuvem, a comunicação institucional e a integração entre ambientes distribuídos.

2.1.3. Nos últimos anos, observa-se evolução significativa do ambiente tecnológico da PortosRio, com aumento do volume de dados trafegados, maior dependência de serviços digitais e ampliação do uso de soluções baseadas em rede, o que impacta diretamente a demanda por capacidade, desempenho e disponibilidade dos enlaces de comunicação.

2.1.4. Adicionalmente, registra-se a ocorrência recorrente de manifestações de usuários quanto à percepção de desempenho dos serviços atualmente disponibilizados, indicando possíveis limitações na capacidade ou na qualidade da prestação, aspecto que será objeto de análise no presente estudo.

2.1.5. Soma-se a esse cenário a necessidade de expansão da infraestrutura de conectividade para atendimento a novas unidades operacionais da Companhia, a exemplo da nova Sede Institucional e do Porto do Forno, o que não se encontra contemplado no escopo contratual vigente.

2.1.6. Nesse contexto, destaca-se que a presente iniciativa não se limita à mera substituição do contrato atual, mas envolve a reavaliação da solução de conectividade adotada, considerando a evolução tecnológica, a ampliação do escopo de atendimento e a necessidade de adequação às demandas atuais e futuras.

2.1.7. Assim, aspectos como dimensionamento de capacidade, quantitativo de enlaces, níveis de desempenho e requisitos técnicos associados serão detalhados ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, com base no levantamento das necessidades institucionais.

2.2. Identificação das necessidades de negócio:

2.2.1. Garantir a continuidade dos serviços de conectividade de dados, essenciais ao funcionamento das atividades institucionais da PortosRio;

2.2.2. Viabilizar a expansão da infraestrutura de comunicação para atendimento a novas unidades operacionais, a exemplo do Porto do Forno e RB1;

2.2.3. Adequar a capacidade e as características da solução de conectividade às demandas atuais e futuras da Companhia, considerando a evolução do ambiente tecnológico e o aumento do volume de dados trafegados.

2.3. Identificação das necessidades tecnológicas:

2.3.1. Para atendimento às necessidades de negócio identificadas, a solução de conectividade a ser contratada deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos tecnológicos:

I-A solução deverá prover enlaces de comunicação de dados com capacidade adequada ao volume atual de tráfego e compatível com a expansão prevista do ambiente tecnológico da PortosRio, permitindo escalabilidade sem necessidade de substituição da infraestrutura contratada.

II-Deverá assegurar níveis apropriados de disponibilidade, desempenho e qualidade de serviço, compatíveis com a criticidade das operações suportadas, incluindo parâmetros adequados de latência, jitter e perda de pacotes para aplicações corporativas.

III-A solução deverá contemplar mecanismos de redundância e resiliência, de forma a mitigar riscos de indisponibilidade, especialmente para unidades com maior criticidade operacional.

IV-Deverá suportar, no mínimo, os protocolos IP versão 4 (IPv4) e versão 6 (IPv6), bem como disponibilizar endereçamento público conforme a necessidade das unidades atendidas.

V-A solução deverá incluir mecanismos de segurança voltados à proteção da disponibilidade dos serviços, incluindo mitigação de ataques de negação de serviço distribuído (DDoS) em nível de infraestrutura do provedor, quando aplicável.

VI- Deverá disponibilizar recursos de monitoramento contínuo dos enlaces, bem como suporte técnico em regime ininterrupto, com registro e acompanhamento de incidentes.

2.4. Alinhamento ao PDTIC:

2.4.1. Conforme registrado no Documento de Oficialização da Demanda, a presente contratação encontra-se alinhada à necessidade N01 – “Internet de qualidade e redundância”, prevista no último PDTIC vigente.

2.4.2. A referida necessidade está diretamente relacionada à garantia de disponibilidade, desempenho e continuidade dos serviços de conectividade de dados, considerados elementos estruturantes para o funcionamento da infraestrutura de TIC da PortosRio.

2.4.3. O atendimento dessa demanda impacta diretamente a execução e a continuidade de projetos estratégicos institucionais que dependem de infraestrutura de comunicação estável, segura e de alta disponibilidade, dentre os quais destacam-se:

- I-Implementar SGAD RIO
- II-Implantar o calado dinâmico
- III-Implementar o VTMS - Rio
- IV-Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA
- V-Implementar SIGPORT

2.4.4. Dessa forma, a contratação proposta contribui para a sustentação e evolução das iniciativas estratégicas da Companhia, assegurando a infraestrutura necessária para suporte às soluções tecnológicas críticas ao negócio.

2.5. Requisitos Legais:

2.5.1. A Contratação deverá atender às determinações contidas nos seguintes instrumentos:

- I-Lei nº 13.303/2016;
- II- IN GECOMP 06.001;
- III-IN GERCOS 10.003;
- IV-Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022;
- V-Lei nº 13.709, de 14/08/2018 alterada pela Lei nº 13.853, de 08/07/2019 – Lei Geral de Proteção de Dados;
- VI-Lei nº 12.965, de 23/04/2014 – Marco Civil da Internet; e
- VII-Resolução Anatel nº 777, de 28 de abril de 2025, ou outra que vier a substituí-la.

2.6. Critérios de Sustentabilidade:

2.6.1. A Contratação deverá atender os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República e nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª Edição Atualizada e Ampliada, novembro/2025 , no que couber.

2.7. Disponibilidade de soluções similares em outro órgão ou entidade da Administração Pública:

ENTIDADE	LICITAÇÃO	OBJETO	ANO
UASG: 389428	DL nº 08/2026	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de acesso à internet banda larga empresarial, com fornecimento de link em fibra óptica, IP público fixo, suporte técnico e disponibilização de equipamentos, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades da Inspetoria de Humaitá do CREA-AM.	2026
UASG: 38916	PE nº 90001/2026	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de acesso corporativo à Internet, por meio de 01 (um) link dedicado, designado como link secundário, com a finalidade de garantir redundância e balanceamento de carga. O serviço deverá ser prestado com tecnologia em fibra óptica, assegurando velocidade mínima de 500 Mbps, e deverá incluir proteção ANTIDDoS, bem como instalação, suporte técnico e manutenção.	2026
UASG: 170116	PE nº 90005/2025	Contratação de Circuitos de comunicação de dados (Link Internet banda larga) para as seguintes Unidades da Receita Federal do Brasil: ARF/Resende-RJ, ARF/Santo Antônio de Pádua-RJ e ALF/Itaguaí-RJ, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.	2026

ENTIDADE	LICITAÇÃO	OBJETO	ANO
UASG: 12019	PE nº 90197/2025	Prestação do serviço de Links de IP dedicado e exclusivo para prover acesso à internet para uso do projeto SDWAN, sob responsabilidade do CGTEC (Centro de Gerenciamento Técnico do SISCEAB), nas Organizações Militares do COMAER nos termos listados na tabela abaixo, para suportar as conexões das Organizações Militares voltadas para o Controle de Tráfego Aéreo	2026
UASG: 200247	PE nº : 90017/2025	Contratação de Link de Internet Redundante para Garantia de Alta Disponibilidade	2026
UASG: 38922	PE nº 90003/2025	Contratação de serviço de acesso à Internet, por meio de link dedicado, bidirecional e simétrico, com velocidade mínima de 300 Mbps (tanto download quanto upload), operação ininterrupta (24x7x365), sem franquias ou redução de velocidade, com fornecimento de, no mínimo, 3 IPs fixos, para instalação na sede do Conselho Regional de Nutrição da 4ª Região no Rio de Janeiro, localizada na Av. Almirante Barroso, 22/14º andar.	2025

2.8. Soluções existentes no Portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>):

- Dada a natureza a demanda, o tópico não se aplica ao contexto do presente estudo.

2.9. Capacidade e alternativas do mercado, inclusive a existência de software livre ou software público:

- Dada a natureza a demanda, o tópico não se aplica ao contexto do presente estudo.

2.10. Observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING e Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG, conforme as Portarias Normativas SLTI nº 5, de 14 de julho de 2005 e nº 3, de 7 de maio de 2007:

- Dada a natureza a demanda, o tópico não se aplica ao contexto do presente estudo.

2.1.. Aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICPBrasil, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, quando houver necessidade de utilização de certificação digital:

- Dada a natureza a demanda, o tópico não se aplica ao contexto do presente estudo.

2.12. Observância às orientações, premissas, especificações técnicas e funcionais definidas pelo Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), quando o objetivo da solução abranger a gestão de documentos arquivísticos digitais e não digitais, conforme Resolução do CONARQ nº 32, de 17 de maio de 2010:

- Dada a natureza a demanda, o tópico não se aplica ao contexto do presente estudo.

2.13. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC:

2.13.1. A solução de TIC deverá ainda considerar os seguintes aspectos:

I-A solução deverá ser contratada como serviço, com fornecimento contínuo, incluindo todos os elementos necessários à sua plena operação, vedada a transferência de responsabilidades operacionais críticas à PortosRio.

II-Deverá ser assegurada a prestação de suporte técnico especializado, em regime ininterrupto, com registro, acompanhamento e tratamento de incidentes, bem como cumprimento de prazos compatíveis com a criticidade do serviço.

III-A solução deverá prever a definição de Acordo de Níveis de Serviço (SLA), com indicadores objetivos de desempenho e disponibilidade, bem como mecanismos de medição, acompanhamento e eventual aplicação de sanções em caso de descumprimento

IV-A prestação do serviço deverá observar requisitos mínimos de segurança da informação, de forma a não comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados trafegados.

2.14. Resultados Esperados

2.14.1. Ampliação da capacidade de conectividade institucional, assegurando maior capacidade de transmissão de dados para suporte às atividades administrativas e operacionais da PortosRio.

2.14.2. Melhoria da estabilidade e disponibilidade do acesso à internet, reduzindo riscos de indisponibilidade ou degradação de serviços de rede.

2.14.3. Suporte adequado ao funcionamento dos sistemas corporativos e serviços digitais utilizados pelas unidades da Companhia.

2.14.4. Atendimento à expansão da demanda por conectividade decorrente da ampliação da ocupação da sede institucional no edifício RB1.

2.14.5 Implantação de infraestrutura de conectividade no Porto do Forno, em Arraial do Cabo, possibilitando a integração da unidade às redes e sistemas institucionais da PortosRio.

2.14.6. Disponibilização de infraestrutura compatível com a evolução tecnológica do ambiente institucional, permitindo a adoção de novas soluções digitais e o aprimoramento contínuo dos serviços de tecnologia da informação.

3. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

3.1. Para atendimento à necessidade identificada, foram analisadas as seguintes alternativas:

3.1.1. Solução 1: Prorrogação do contrato vigente:

Consiste na manutenção da solução atualmente contratada, mediante aditamento contratual, com possibilidade de ajustes pontuais nos limites legais.

3.1.2. Solução 2: Contratação de serviços de conectividade em modelo compartilhado (banda larga corporativa):

Serviços de acesso à internet com capacidade compartilhada, sem garantia integral de desempenho e disponibilidade.

3.1.3. Solução 3: Contratação de serviços de conectividade em modelo dedicado:

Serviços de acesso à internet com capacidade exclusiva, garantindo maior previsibilidade de desempenho, disponibilidade e controle operacional.

4. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES

4.1. A alternativa de prorrogação do contrato vigente (solução 1) apresenta como principal vantagem a continuidade imediata da prestação dos serviços, com menor esforço administrativo no curto prazo.

4.2. Entretanto, embora a prorrogação contratual admita ajustes pontuais, como acréscimos quantitativos dentro dos limites legais, essa alternativa não permite a revisão ampliada das condições contratuais, permanecendo restrita às diretrizes originalmente estabelecidas no contrato vigente.

4.3. No presente caso, verifica-se a necessidade de revisão mais extensa da solução de conectividade, a qual extrapola ajustes meramente quantitativos, abrangendo, entre outros aspectos:

4.3.1. A ampliação do escopo de atendimento, com a inclusão de novas unidades operacionais;

4.3.2. A reavaliação das capacidades contratadas, especialmente quanto às velocidades dos enlaces, de modo a atender ao aumento da demanda;

4.3.3. A definição de níveis de serviço compatíveis com a criticidade atual das atividades suportadas.

4.4. Dessa forma, a prorrogação contratual não se mostra suficiente para o pleno atendimento das necessidades institucionais.

4.5. A alternativa de contratação em modelo compartilhado (solução 2) apresenta como principal vantagem o menor custo direto e maior facilidade de contratação. Contudo, esse modelo caracteriza-se pela ausência de garantias efetivas de entrega de capacidade, operando sob regime de compartilhamento de recursos, o que implica variações de desempenho e maior suscetibilidade à degradação do serviço.

4.6. Adicionalmente, serviços nesse modelo, em geral, não contemplam compromissos robustos de nível de serviço (SLA), apresentam limitações quanto à priorização de tráfego e não oferecem, de forma nativa, recursos avançados de segurança, como proteção em nível de rede contra ataques de negação de serviço distribuído (DDoS). Também tendem a dispor de suporte técnico menos especializado, com menor compromisso quanto aos tempos de resposta e de resolução.

4.7. Tais características tornam essa alternativa inadequada para ambientes corporativos que demandam previsibilidade de desempenho, integração entre unidades e elevada disponibilidade dos serviços.

4.8. A contratação em modelo dedicado (solução 3), por sua vez, possibilita a entrega de capacidade exclusiva, proporcionando maior previsibilidade e estabilidade no desempenho dos enlaces.

4.9. Esse modelo permite a definição de acordos de nível de serviço (SLA) com indicadores objetivos de disponibilidade e desempenho, bem como maior controle sobre a qualidade da prestação dos serviços. Ademais, viabiliza a incorporação de funcionalidades

complementares, como mecanismos de proteção contra ataques DDoS em nível de infraestrutura do provedor, contribuindo para a segurança e a continuidade dos serviços.

4.10. Outro aspecto relevante refere-se ao suporte técnico, que, nesse modelo, tende a ser especializado, com atendimento em regime contínuo e compromissos formais de tempo de resposta e resolução de incidentes, compatíveis com a criticidade das operações.

4.11. Dessa forma, a contratação em modelo dedicado apresenta maior aderência às necessidades institucionais, especialmente no que se refere à ampliação de escopo, à adequação de capacidade, à garantia de desempenho e à segurança da infraestrutura de conectividade.

4.12. Diante do exposto, conclui-se que a contratação de serviços de conectividade por meio da solução de nº 3 constitui a alternativa mais adequada para o atendimento das necessidades identificadas, sendo, portanto, a solução adotada no presente estudo.

5. SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

5.1. Com base na análise técnica realizada, foram consideradas inviáveis as alternativas de prorrogação do contrato vigente e de contratação em modelo compartilhado (banda larga corporativa), por não atenderem, de forma plena, às necessidades institucionais identificadas. A primeira mostra-se limitada quanto à possibilidade de reestruturação da solução, enquanto a segunda não assegura níveis adequados de desempenho, disponibilidade e segurança.

5.2. Dessa forma, ambas foram descartadas no âmbito do presente estudo.

6. COMPARAÇÃO ENTRE OS CUSTOS TOTAIS (TCO)

6.1. Considerando que, no âmbito do presente estudo, apenas uma alternativa foi considerada viável para o atendimento da demanda, o presente tópico não se aplica.

7. ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

7.1. Requisitos gerais da solução

7.1.1. A solução deverá consistir na prestação de serviço de conectividade de dados, em modelo dedicado, com fornecimento contínuo, incluindo instalação, configuração, operação, suporte técnico e manutenção, de forma a garantir a plena disponibilidade do serviço.

7.1.2. A prestação deverá contemplar todos os elementos necessários ao funcionamento da solução, incluindo infraestrutura, equipamentos e demais componentes associados à entrega do serviço até o ponto de interconexão com a rede da PortosRio.

7.2. Requisitos de capacidade e desempenho

7.2.1. A solução deverá permitir o atendimento às demandas atuais e futuras de conectividade da PortosRio, assegurando capacidade compatível com o volume de tráfego de dados e com a criticidade das atividades institucionais.

7.2.2. Deverá ser possível o ajuste das capacidades contratadas ao longo da vigência contratual, de forma a acompanhar a evolução da demanda, observados os limites legais e contratuais.

7.2.3. A solução deverá garantir desempenho estável e previsível, compatível com a utilização de sistemas corporativos, serviços digitais e aplicações críticas.

7.3. Requisitos de disponibilidade e continuidade

7.3.1. A solução deverá operar de forma contínua, em regime ininterrupto, assegurando elevados níveis de disponibilidade do serviço.

7.3.2. Deverão ser previstos mecanismos formais de definição, medição e acompanhamento de níveis de serviço (SLA), com indicadores objetivos de desempenho, disponibilidade e qualidade, bem como critérios de apuração e tratamento de eventuais descumprimentos.

7.4. Requisitos de segurança

7.4.1. A solução deverá contemplar mecanismos que contribuam para a proteção da infraestrutura de conectividade e dos serviços suportados, incluindo, quando aplicável, recursos de mitigação de ataques de negação de serviço (DoS/DDoS) em nível de rede.

7.4.2. Os serviços prestados deverão observar boas práticas de segurança da informação, de forma a não comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados trafegados.

7.5. Requisitos de operação e suporte

7.5.1. A solução deverá contemplar serviços de suporte técnico especializado, em regime contínuo, com capacidade de registro, acompanhamento e tratamento de incidentes.

7.5.2. Deverão ser disponibilizados mecanismos de monitoramento e gerenciamento do serviço, permitindo o acompanhamento de indicadores de desempenho, utilização e disponibilidade, de forma a subsidiar a gestão e fiscalização contratual.

7.6. Requisitos de endereçamento e interoperabilidade

7.6.1. A solução deverá permitir a utilização de endereçamento IP público válido e roteável, compatível com as necessidades da PortosRio, bem como suporte aos protocolos de comunicação amplamente utilizados na Internet.

7.6.2. Deverá ser assegurada compatibilidade com os padrões e tecnologias adotados no ambiente institucional, de forma a garantir a integração com a infraestrutura existente.

7.7. Requisitos de flexibilidade e expansão

7.7.1. A solução deverá permitir a alteração de endereços de instalação e ajustes de capacidade, conforme necessidade da PortosRio, durante a vigência contratual.

7.7.2. Tais alterações deverão ser realizadas de forma estruturada, sem comprometer a continuidade e a qualidade da prestação do serviço.

7.8. Requisitos de conformidade

A solução deverá observar as normas e regulamentações aplicáveis, incluindo aquelas estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), bem como demais normas técnicas pertinentes.

8. RELAÇÃO ENTRE A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E OS VOLUMES E CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

8.1. Os enlaces de acesso foram definidos com base na necessidade de atendimento às unidades operacionais e administrativas da PortosRio, considerando a distribuição geográfica das instalações, o perfil de utilização dos serviços de tecnologia da informação e a criticidade das atividades suportadas.

8.2. No que se refere aos quantitativos, a definição do número de enlaces decorre da necessidade de atendimento individualizado às unidades da Companhia, de modo a assegurar a adequada prestação dos serviços de conectividade e o acesso contínuo aos sistemas institucionais. Para tanto, foram considerados os seguintes endereços:

- 8.2.1. Sede atual – Rua Dom Gerardo nº 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
 8.2.2.2 Nova Sede Institucional – Avenida Rio Branco nº 1, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
 8.2.3. Superintendência do Porto do Rio de Janeiro – Avenida Rodrigues Alves nº 20, Praça Mauá, Rio de Janeiro/RJ;
 8.2.4. Policlínica – Avenida Rodrigues Alves nº 129, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
 Gerência do Porto de Niterói – Rua Feliciano Sodré nº 215, Centro, Niterói/RJ;
 8.2.5. Porto do Forno – Loteamento área portuária, nº 100, Praia dos Anjos, Arraial do Cabo/RJ.

8.3. No que se refere às capacidades, procedeu-se com uma avaliação técnica do comportamento da rede nas unidades da PortosRio, com base nas informações de tráfego obtidas junto ao sistema de monitoramento do provedor atualmente contratado, consolidadas no Relatório de Análise de Tráfego. A análise considerou a ocorrência recorrente de degradação de desempenho em cenários de maior utilização, a adoção crescente de sistemas corporativos e serviços baseados em nuvem, bem como a expectativa de ampliação do número de usuários em função de concurso público previsto

8.4. A partir dos dados analisados, buscou-se identificar e mitigar pontos de saturação observados na operação, bem como dimensionar as capacidades de forma a suportar a demanda adicional esperada, adotando-se parâmetros compatíveis com o porte das unidades e com o perfil de uso verificado.

8.5. Adicionalmente, foram consideradas as características das aplicações suportadas, incluindo sistemas corporativos, serviços em nuvem e soluções que demandam maior consumo de banda e estabilidade de conexão, especialmente aquelas que exigem acesso contínuo aos sistemas institucionais.

8.6 Dessa forma, o dimensionamento estabelecido no quadro a seguir reflete uma análise técnica baseada na operação do ambiente, com foco na garantia de desempenho adequado, na mitigação de riscos de indisponibilidade ou degradação dos serviços e na adequada alocação de recursos, sem incorrer em superdimensionamento.

ITEM	DESCRIÇÃO	LARGURA DE BANDA (Mbps)	UNIDADE DA PortosRio	ENDEREÇO	LOCALIDADE	QUANT
1	Link dedicado de Internet	200	Sede Atual	Rua Dom Gerardo nº 35 - Centro/ RJ - CEP 20090-030	Rio de Janeiro/RJ	1
2		500	Nova Sede Institucional	Avenida Rio Branco, nº 1, Centro/ RJ - CEP 20090-003	Rio de Janeiro/RJ	1
3		500	Superintendência do Porto do Rio de Janeiro	Avenida Rodrigues Alves nº 20 - Praça Mauá/ RJ - CEP.: 20081-250	Rio de Janeiro/RJ	1
4		50	Policlínica	Avenida Rodrigues Alves nº 129 - Centro/ RJ	Rio de Janeiro/RJ	1
5		50	Gerência do Porto de Niterói	Rua Feliciano Sodré, nº 215 - Centro de Niterói/ RJ CEP 24030-012	Niterói/RJ	1
6		50	Porto do Forno	Loteamento área portuária, nº 100 - Lte: 0001 - Praia dos Anjos - Arraial do Cabo - Rio de Janeiro CEP 28930-000	Arraial do Cabo/RJ	1

8.7 É importante destacar que a previsão de atendimento simultâneo da sede atual e da nova sede institucional decorre da necessidade de garantir a continuidade dos serviços de conectividade durante o processo de migração das atividades administrativas e dos ambientes tecnológicos da Companhia.

8.8 Nesse cenário, poderá haver operação concomitante das duas unidades até a conclusão da migração definitiva para a nova sede. Após a finalização desse processo, será reavaliada

a necessidade de manutenção dos enlaces atualmente associados à sede da Rua Dom Gerardo nº 35, podendo haver decréscimo dos quantitativos contratados, conforme a configuração operacional vigente à época.

9. DEMAIS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Parcelamento da Solução:

9.1.1. Considerando as características do objeto e a distribuição geográfica das unidades a serem atendidas, recomenda-se o parcelamento da contratação em dois lotes, de forma a assegurar maior eficiência técnica, ampliar a competitividade e viabilizar a adequada execução contratual.

9.1.2. O Lote 1 compreende as unidades localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, a saber:

- a) Sede atual – Rua Dom Gerardo nº 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
- b) Nova Sede Institucional – Avenida Rio Branco nº 1, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
- c) Superintendência do Porto do Rio de Janeiro – Avenida Rodrigues Alves nº 20, Praça Mauá, Rio de Janeiro/RJ;
- d) Policlínica – Avenida Rodrigues Alves nº 129, Centro, Rio de Janeiro/RJ;
- e) Gerência do Porto de Niterói – Rua Feliciano Sodré nº 215, Centro, Niterói/RJ;

9.1.3. Tais unidades apresentam proximidade geográfica e inserção em área urbana com ampla disponibilidade de infraestrutura de telecomunicações, o que favorece o ganho de escala na prestação do serviço e amplia o universo de fornecedores aptos a participar do certame.

9.1.4. O Lote 2 corresponde à unidade do Porto do Forno, situada no município de Arraial do Cabo/RJ, cuja localização geográfica distinta implica condições específicas de atendimento, como maior complexidade logística e menor densidade de infraestrutura disponível.

9.1.5. Sob o ponto de vista técnico, o parcelamento permite a adequação da prestação do serviço às particularidades de cada região, evitando que as condições de atendimento da unidade mais remota impactem a competitividade e a viabilidade de execução do conjunto das unidades localizadas na região metropolitana.

9.1.6. Sob a ótica da gestão contratual, a divisão em lotes possibilita maior flexibilidade na condução da contratação, permitindo o acompanhamento individualizado da execução, a mitigação de riscos e, quando vantajoso, a contratação de fornecedores distintos para cada lote.

9.1.7. Dessa forma, o parcelamento proposto mostra-se adequado ao objeto, por conciliar aspectos técnicos, geográficos e de gestão, contribuindo para a eficiência e a economicidade da contratação.

9.2. Regime de Execução

9.2.1. Recomenda-se para contratação prevista neste estudo a adoção do regime de execução por empreitada por preço unitário, tendo em vista que a remuneração dos serviços está diretamente vinculada às unidades efetivamente atendidas.

9.2.2. Tal regime mostra-se mais adequado à natureza do objeto, por permitir a remuneração proporcional aos serviços efetivamente prestados, conferindo maior

flexibilidade à Administração para adequar a solução às demandas operacionais, sem prejuízo do controle contratual e da observância dos limites legais.

9.3. Vigência

9.3.1. A vigência contratual de 36 (trinta e seis) meses mostra-se adequada à natureza contínua do serviço de conectividade de dados, garantindo estabilidade operacional e continuidade na prestação de serviço essencial ao funcionamento das atividades institucionais da PortosRio.

9.3.2. O prazo proposto permite a diluição de custos iniciais de implantação, favorece condições comerciais mais vantajosas e reduz a necessidade de sucessivos procedimentos licitatórios em curto intervalo de tempo, contribuindo para maior eficiência administrativa.

9.3.3. Adicionalmente, a definição de vigência mais extensa possibilita melhor planejamento orçamentário e maior previsibilidade na gestão do contrato, mantendo, ao mesmo tempo, a flexibilidade necessária para adequações ao longo da execução, nos termos da legislação vigente.

9.4. Atividades de transição

9.4.1. A transição entre o contrato vigente e a nova contratação deverá ser conduzida de forma planejada, de modo a assegurar a continuidade dos serviços de conectividade e evitar interrupções ou degradação de desempenho.

9.4.2. Nesse sentido, deverão ser previstas, de forma geral, atividades relacionadas à implantação dos novos enlaces, realização de testes e validações, operação assistida quando necessário e desativação gradual dos serviços atualmente contratados.

9.4.3. O detalhamento das atividades, prazos e responsabilidades será estabelecido no Termo de Referência, de forma a garantir a adequada execução da transição.

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa de custos foi elaborada conforme as orientações do Anexo IV-A do IN.GECOMP.06.001. Os detalhes relativos à pesquisa de preços, à metodologia aplicada e ao custo total estimado da contratação encontram-se descritos no documento Planilha de Estimativa de Preços – PORTOSRIO.

10.2. A Equipe de Planejamento recomenda que o orçamento para a presente contratação seja mantido em caráter **sigiloso**, visando garantir a integridade e a competitividade do processo.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes, vigentes ou planejadas, no âmbito da PortosRio, cuja existência seja condição para a execução do objeto da presente contratação. A solução de link de internet dedicado é um serviço fundamental que suporta diversas outras contratações e sistemas da Companhia, mas sua contratação não depende da existência prévia de outros contratos específicos.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

12.1. Após análise técnica e econômica da demanda concluiu-se pela contratação de serviços de acesso à internet, em modelo dedicado, para atendimento das unidades da PortosRio localizadas no município do Rio de Janeiro, Niterói e Arraial do Cabo (solução 3).

13. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

13.1. A implantação da solução não demanda, em regra, adequações estruturais relevantes no ambiente da PortosRio, uma vez que as unidades já dispõem de infraestrutura básica para recepção de serviços de conectividade. Todavia, poderão ser necessárias adequações pontuais, especialmente relacionadas à passagem de cabeamento, disponibilização de pontos de energia, organização de racks e ajustes na infraestrutura lógica, a depender das características específicas de cada localidade.

13.2. Tais adequações, quando necessárias, deverão ser previamente avaliadas e planejadas em conjunto com a contratada, de modo a assegurar a compatibilidade da solução com o ambiente existente e a não interrupção dos serviços durante o processo de implantação.

14. RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO

14.1. A gestão do contrato deverá prever a reserva orçamentária nos anos posteriores à contratação, bem como o planejamento adequado em um próximo contrato, evitando assim a descontinuidade do serviço

14.2. Os recursos orçamentários serão disponibilizados através da rubrica orçamentária de nº 225101001 - Tecnologia da Informação.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Com base nos estudos realizados, conclui-se que a contratação de serviços de acesso à internet, em modelo dedicado, para atendimento das unidades da PortosRio localizadas no município do Rio de Janeiro, Niterói e Arraial do Cabo (solução 3), mostra-se técnica e economicamente viável, bem como necessária para assegurar a continuidade e a adequada prestação dos serviços de tecnologia da informação no âmbito da PortosRio.

15.2. A solução proposta encontra-se alinhada às necessidades institucionais identificadas, aos objetivos estratégicos da Companhia e às diretrizes do planejamento de TIC vigente, apresentando-se como a alternativa mais adequada para atendimento às demandas atuais e futuras.

15.3. Dessa forma, declara-se a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo com a elaboração do Termo de Referência e a adoção das demais providências necessárias à sua efetivação.

16. APROVAÇÃO E ASSINATURA

16.1 Equipe de Planejamento da Contratação, instituída pela Portaria 38/2026, bem como a autoridade máxima da área de TIC, em conformidade com o subitem 5.3.7 da IN.GERCOS.10.003, aprova e assina o Estudo Técnico Preliminar.

ANEXO I-C

ANÁLISE DE RISCOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Presente Análise de Riscos foi elaborada com o objetivo de identificar, analisar e definir ações preventivas e de contingência para os riscos associados à contratação descrita no Termo de Referência. Este documento visa assegurar que todas as ações sejam planejadas e controladas de forma a mitigar os riscos que possam comprometer o sucesso do projeto e garantir a efetividade da solução proposta.

2. MAPA DE RISCOS

ID	RISCO	CAUSA	DANO	PROBABILIDADE	IMPACTO	PLANO DE AÇÃO / MITIGAÇÃO
PR1	Dimensionamento inadequado da capacidade dos enlaces	Interpretação incorreta dos dados históricos de tráfego ou desconsideração de fatores de crescimento e variabilidade (picos de utilização)	Subdimensionamento ou superdimensionamento dos enlaces, com impacto na qualidade dos serviços ou ineficiência no uso dos recursos	BAIXA	ALTO	Utilização de relatório técnico baseado em dados históricos de tráfego; consideração de picos de utilização e margem operacional no dimensionamento; validação pela equipe técnica responsável
PR2	Pesquisa de preços insuficiente ou com baixa aderência ao mercado	Baixa resposta de fornecedores ou diferenças regionais (ex: Arraial do Cabo)	Definição inadequada do valor estimado; risco de licitação fracassada	MODERADA	ALTO	Ampliar fontes de pesquisa; considerar contratos similares; diferenciar análise por lote/região
PR3	Baixa competitividade no Lote 2 (Porto do Forno)	Localidade remota com menor disponibilidade de provedores	Licitação deserta ou preços elevados	MODERADA	CRÍTICO	Separação em lotes; ampla divulgação; flexibilização de requisitos não essenciais; pesquisa prévia de viabilidade na região
PR4	Impugnação por restrição indevida de requisitos técnicos	Exigências excessivas ou mal justificadas (ex: segurança, SLA)	Atraso no certame; necessidade de revisão do edital	BAIXA	ALTO	Justificar tecnicamente todos os requisitos no TR; alinhar com área jurídica; evitar excesso de especificação
PR5	Propostas com valores superiores ao estimado	Mercado restrito, custos de infraestrutura ou subdimensionamento da pesquisa	Fracasso do certame ou necessidade de revisão do orçamento	MODERADA	CRÍTICO	Atualizar pesquisa próximo ao edital; considerar variáveis regionais; avaliar margem técnica adequada
PR6	Propostas inexequíveis	Estratégia agressiva de fornecedores ou erro de precificação	Risco de não execução contratual; degradação do serviço	BAIXA	ALTO	Prever análise de exequibilidade; exigir comprovação técnica e econômico-financeira
PR7	Atraso na implantação dos enlaces	Dependência de infraestrutura externa (última milha, licenças, obras)	Atraso no início da prestação do serviço; risco de descontinuidade	MODERADA	ALTO	Previsão de prazos realistas; acompanhamento da implantação; previsão de transição com sobreposição
PR8	Indisponibilidade durante a transição entre contratos	Falha no planejamento da migração ou ausência de operação assistida	Interrupção dos serviços institucionais	BAIXA	ALTO	Planejamento de transição; operação assistida; testes antes da ativação definitiva
PR9	Descumprimento de SLA pela contratada	Capacidade técnica insuficiente ou falhas operacionais	Queda de desempenho e indisponibilidade recorrente	MODERADA	ALTO	Definição clara de SLA no TR; monitoramento contínuo; aplicação de penalidades
PR10	Falhas na mitigação de ataques (ex: DDoS)	Ausência ou ineficiência de mecanismos de proteção	Indisponibilidade dos serviços e impacto operacional	BAIXA	ALTO	Previsão de requisitos de segurança; validação técnica da solução; monitoramento contínuo
PR11	Atraso na formalização contratual	Trâmites administrativos ou recursos	Risco de descontinuidade do serviço atual	MODERADA	ALTO	Acompanhamento do processo; priorização interna; planejamento antecipado da contratação

ANEXO II

TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

A [nome da empresa], com sede em [endereço completo: CEP, cidade, estado], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], representada neste ato pelo seu (sua) [cargo] [nome do representante da empresa], em função do Contrato nº xxx/2026, firmado com a PortosRio, obriga-se a cumprir rigorosamente os seguintes compromissos de confidencialidade e proteção de informações:

I- Manter absoluto sigilo em relação a todas as informações confidenciais, dados sensíveis e qualquer outra informação restrita ou estratégica da PortosRio, obtidas no curso da execução dos serviços contratados.

II- Utilizar as informações exclusivamente para a realização das atividades previstas no contrato, sendo expressamente vedado qualquer uso fora do escopo definido, sem a devida autorização.

III- Garantir a proteção e confidencialidade das informações, impedindo sua divulgação, compartilhamento ou acesso por terceiros, salvo quando houver autorização formal e expressa da PortosRio ou se a informação já for de domínio público.

IV- Adotar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade e sigilo das informações tratadas, conforme as melhores práticas de segurança da informação e de acordo com a legislação vigente.

V- Assumir plena responsabilidade por quaisquer violações de confidencialidade, incluindo a divulgação não autorizada ou o uso indevido das informações, independentemente de serem cometidas por funcionários, colaboradores ou subcontratados.

VI- Reconhecer que a violação das obrigações de confidencialidade pode resultar em medidas disciplinares, ações legais e a obrigação de indenizar a empresa por quaisquer danos causados.

Para os fins deste termo, consideram-se **informações confidenciais** quaisquer dados, documentos, materiais, estratégias, planos, projetos, processos, tecnologias, know-how, contratos, acordos, informações financeiras, comerciais, operacionais e quaisquer outras informações que não sejam de domínio público e que sejam consideradas sigilosas pela empresa.

Ao assinar este Termo de Sigilo e Confidencialidade, a empresa [Nome da Empresa Contratada] declara estar plenamente ciente das implicações legais e sanções previstas, em especial as contidas no Código Penal Brasileiro, no caso de descumprimento das obrigações aqui assumidas.

NOME DO REPRESENTANTE

[Nome da empresa]

[Cargo]

ANEXO III

PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

LOTE 1:

ITEM	DESCRIÇÃO	LARGURA DE BANDA (Mbps)	UNIDADE	LOCALIDADE	QUANT	VALOR ESTIMADO FINAL	
						VALOR MENSAL	VALOR INSTALAÇÃO
1	Link dedicado de Internet	200	Sede	Rio de Janeiro/RJ	1		
2		500	Nova Sede	Rio de Janeiro/RJ	1		
3		500	Superintendência do Porto do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ	1		
4		50	Policlínica	Rio de Janeiro/RJ	1		
5		50	Gerência do Porto de Niterói	Niterói/RJ	1		
VALOR TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS (A)							
VALOR TOTAL DA INSTALAÇÃO (B)							
VALOR ANUAL DO CONTRATO (A * 12)							
VALOR TOTAL DO CONTRATO DE 36 MESES = (A × 36) + B							

LOTE 2:

ITEM	DESCRIÇÃO	LARGURA DE BANDA (Mbps)	UNIDADE	LOCALIDADE	QUANT	MÉDIA INICIAL	
						VALOR MENSAL	VALOR INSTALAÇÃO
6	Link dedicado de Internet	50	Porto do Forno	Arraial do Cabo/RJ	1		
VALOR TOTAL MENSAL DOS SERVIÇOS (A)							
VALOR TOTAL DA INSTALAÇÃO (B)							
VALOR ANUAL DO CONTRATO (A * 12)							
VALOR TOTAL DO CONTRATO DE 36 MESES = (A x 36) + B							

Local e Data:

 ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
 NOME DA EMPRESA

Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

Prezados Senhores,

Em atenção ao instrumento convocatório sob referência, declaramos que:

1. Concordamos com as disposições do instrumento convocatório sob referência e seus Anexos, principalmente com as especificações dos itens e demais condições constantes no Termo de Referência (Anexo I-A), não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato;
2. Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições da presente proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da proposta;
3. Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta, bem como das condições gerais estabelecidas no Edital, sobretudo quanto aos documentos de habilitação, estando em conformidade com estes;
4. Recebemos toda a documentação pertinente e tivemos conhecimento de todas as informações e das condições da prestação de serviços, necessárias à formulação das propostas;
5. A empresa não se enquadra em qualquer das situações previstas no art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 5º do Decreto nº 9.507/2018;
6. Na hipótese de nossa empresa vir a ser julgada vencedora da presente licitação o(s) representantes(s) legal(is) para a assinatura do Contrato será(ão):

NOME:

CARGO:

NOME:

CARGO:

Local e Data:

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DA EMPRESA

Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____(nº CNPJ), sediada à _____(endereço completo), por seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____(nome completo), _____(cargo ou função),
DECLARA, sob as penas da lei, que os sócios ou acionistas da empresa são:

Nome:

Nome:

Nome:

Nome:

A empresa possui sócio(s), acionistas(s) ou representante(s) legal(ais):

com **grau de parentesco** com qualquer pessoa politicamente exposta? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
com **grau de relacionamento** com qualquer pessoa politicamente exposta? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

com **grau de parentesco** com pessoa ocupante de função pública? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?
com **grau de parentesco** com qualquer integrante ou ex-integrante da PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

com **grau de relacionamento pessoal** com qualquer integrante ou ex- integrante da PortosRio?
()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que são ou foram empregados **integrante(s) ou ex integrante(s) do quadro de pessoal** da PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que **ocupam ou ocuparam** cargos públicos? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que possui(em) **relação de sociedade** com outra(s) empresa(s) que já prestou(aram) serviço(s) para PortoRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

que **presta ou prestou serviços** à outra(s) empresa(s) que presta ou já prestou serviço para PortosRio? ()NÃO ()SIM. Qual(is)?

Diante das possíveis penalidades previstas em lei (cíveis, administrativas e penais), declaro que as informações acima prestadas **são verdadeiras e exatas**.

(Local e Data)

(assinado eletronicamente)

Nome

Cargo ou Função
REPRESENTANTE

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO
DE DADOS - LGPD**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ nº
_____(nº CNPJ), sediada à
_____(endereço completo), por seu representante legal, o(a)
Sr.(a) _____(nome completo), _____(cargo ou
função), **DECLARA** para os devidos fins, para cumprimento do Contrato a ser celebrado
com a PortosRio, que:

Encontra-se em conformidade com a legislação vigente e se compromete com a garantia
de conformidade com o teor da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; e

Realizará o objeto contratado dentro do estabelecido pela legislação, mantendo a
PortosRio informada e atualizada sobre as medidas a serem adotadas para fins de
cumprimento da legislação supracitada no que diz respeito a execução do Contrato.

(Local e Data)

(assinado eletronicamente)

**Nome
Cargo ou Função
REPRESENTANTE**

ANEXO VII

MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

A Companhia Docas do Rio de Janeiro (PORTOSRIO), para fins do disposto no Edital em epígrafe, vem por meio deste Atestado de Visita Técnica, declarar que a sociedade empresarial abaixo identificada enviou o representante Sr(a) _____, a fim de inspecionar os locais onde serão prestados os serviços objeto deste certame e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a influenciar o valor da proposta a ser apresentada no Pregão Eletrônico nº 04/2026.

Rio de Janeiro, de de 2026.

Gêrencia responsável

LICITANTE: _____ CNPJ: _____

DE ACORDO:

Representante da Empresa
CPF e Identidade

Obs.: Os interessados deverão manifestar-se junto à Gerência de Operação de Soluções – GERSOL, pelo e-mail: gersol@portosrio.gov.br.

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

Contrato Nº /2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM
A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE
JANEIRO E A _____,
NA FORMA ABAIXO.

A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, com sede na Rua Dom Gerardo, nº 35, 10º andar, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.090-905, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.266.890/0001-28, por diante denominada **PORTOSRIO**, representada conjuntamente neste ato pelo seu Diretor-Presidente, **FLAVIO VIEIRA DA SILVA**, portador da matrícula funcional nº 9926, e pelo seu Diretor Administrativo-Financeiro, **FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA DIOGO**, portador da matrícula funcional nº 9927, e a _____, com sede na _____, na cidade de _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu(sua) _____, segundo a documentação constante do Processo Administrativo nº 50905.000650/2026-87 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2026, que, independentemente de transcrição, ficam fazendo parte integrante e complementar deste instrumento, e de acordo com a autorização da Diretoria-Executiva da **PORTOSRIO** – DIREXE em sua _____ª Reunião, realizada em ____/____/2026, têm entre si justo e avençado, celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei nº 13.303/2016, nos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 9.507/2018, na Lei Complementar nº 123/2006, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, no Instrumento Normativo de Padronização de Contratações de TIC (IN.GERCOS.10.003), no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet (www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”, no Instrumento Normativo de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e nas demais disposições legais pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento a “**prestação dos serviços de acesso à internet, por meio de enlaces em fibra óptica, com garantia de banda, instalação, configuração, suporte técnico e manutenção, para atendimento das unidades da PortosRio localizadas no município do Rio de Janeiro, Niterói e Arraial do Cabo**”, conforme as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência constante do Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2026 e da proposta da **CONTRATADA**, anexa ao Processo nº

50905.000650/2026-87, que passam a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO

A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que a **PORTOSRIO** realizar, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 81, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, bem como o Anexo X da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que não conflitar com o regime das estatais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor global estimado deste Contrato é de **R\$** _____ (_____), conforme consta na Proposta da **CONTRATADA** anexa ao Processo nº 50905.000650/2026-87.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Rubrica Orçamentária “225101001 - Tecnologia da Informação.”.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos exercícios orçamentários subsequentes ao da assinatura deste Contrato será editado apostilamento sobre a reserva orçamentária necessária para fazer frente às parcelas que serão adimplidas naqueles exercícios.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Diante da eventual inexistência ou insuficiência de recursos financeiros para fazer frente às despesas pertinentes aos exercícios subsequentes ao da assinatura deste Contrato, a **CONTRATADA** renuncia a eventuais direitos financeiros/indenizatórios decorrentes da rescisão antecipada do ajuste ou da supressão quantitativa.

PARÁGRAFO QUARTO

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO QUINTO

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

O prazo de vigência do Contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da última assinatura eletrônica entre as partes, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância formal das partes e disponibilidade orçamentária por parte da

PortosRio, observada a limitação de duração prevista no art. 71 da Lei nº 13.303/16 e o disposto no Anexo IX da IN SEGES nº 5/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a **PORTOSRIO** mantém interesse na realização do serviço;
- d) Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a **PORTOSRIO**;
- e) Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Em caso de prorrogação da vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá se manifestar, por solicitação da **PORTOSRIO**, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias antes da data do término do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA QUARTA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

O detalhamento da execução do objeto consta no item “9” do Anexo I – Termo de Referência do Processo Administrativo nº. 50905.000650/2026-87 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 04/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços pela **PORTOSRIO** será efetuado conforme o disposto nesta Cláusula, observando ainda o que dispõe o item “20” do Anexo I - Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº 50905.000650/2026-87 do Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2026 e, no que couber, o Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O pagamento das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes será efetuado pela **PORTOSRIO** no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela **FISCALIZAÇÃO**, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à **CONTRATADA** pela **FISCALIZAÇÃO** e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal. Também poderá ser motivo de devolução de nota fiscal/fatura, se esta for entregue após o 5º (quinto) dia útil do mês.

PARÁGRAFO QUARTO

Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao Contrato, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

PARÁGRAFO QUINTO

A(s) nota(s) fiscal(is) deverão ser entregues ao respectivo Gestor ou Fiscal do Contrato, especificando o tipo de serviço com as respectivas quantidades.

PARÁGRAFO SEXTO

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **PORTOSRIO**, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, se extinto, por qualquer outro índice a ser acordado entre as partes, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Junto à nota fiscal, a **CONTRATADA** apresentará a cópia das certidões negativas de débitos com a Receita Federal/INSS e FGTS ou apresentação do Registro Cadastral no SICAF, atualizado, contendo as informações sobre validade das citadas certidões.

PARÁGRAFO OITAVO

Eventual situação de irregularidade fiscal da **CONTRATADA** não impede o pagamento, se o objeto tiver sido entregue/prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e eventual rescisão contratual.

PARÁGRAFO NONO

O imposto sobre serviços que for devido será de responsabilidade da **CONTRATADA** e pago ao Município, em guia própria, devendo posteriormente ser comprovado o seu pagamento junto à **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Havendo previsão na legislação vigente, a **PORTOSRIO** reterá do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços o valor correspondente à 'RETENÇÃO PARA A

PREVIDÊNCIA SOCIAL'. Esses valores deverão ser recolhidos à rede bancária em nome da **CONTRATADA** até o dia 20 (vinte) do mês seguinte à emissão do respectivo documento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A **PORTOSRIO**, quando do pagamento da(s) nota(s) fiscal(is), procederá conforme previsão na legislação tributária à retenção dos tributos e contribuições devidos pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A **CONTRATADA** deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato, apresentar à **FISCALIZAÇÃO** a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A garantia poderá ser realizada por qualquer das formas estabelecidas no §1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A garantia somente será devolvida à **CONTRATADA** quando terminada a execução do Contrato e depois do integral cumprimento das obrigações assumidas e constatada a inexistência de qualquer débito com a **PORTOSRIO**, e, ainda, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caso de aditamento ao presente Contrato, importando tal fato na elevação de seu valor total, a **CONTRATADA** se obriga a reforçar proporcionalmente as garantias prestadas.

PARÁGRAFO QUARTO

A garantia será considerada extinta em até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO

O valor será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite da apresentação da proposta, pela variação do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, divulgado pela ANATEL, conforme previsão expressa contida no art. 24 da IN nº 94, de 23 de dezembro de 2022, ou outro que vier a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O reajuste será calculado segundo a seguinte fórmula geral:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R: valor do reajustamento;

V: valor do serviço a ser reajustado;

lo: índice específico, referente ao mês do recebimento das propostas;
l: índice específico, referente ao mês da execução dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **PORTOSRIO** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO QUARTO

Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO QUINTO

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO SEXTO

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES

Este Contrato será executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), do Instrumento Normativo (IN.GERCOS.10.003) e demais disposições legais pertinentes, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** assume a total responsabilidade pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância da proposta e especificações técnicas, respondendo perante a **PORTOSRIO** e terceiros, por seus empregados, prepostos e contratados, além das perdas e danos porventura resultantes da ação dos mesmos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

- a) A contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal da **PORTOSRIO** durante a vigência deste Contrato;
- b) A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da **PORTOSRIO**;
- c) A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Contrato, salvo o disposto no item “7” do Anexo I – Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA** assumirá total responsabilidade sobre os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência e/ou emprego de equipamentos ou procedimentos inadequados para a execução dos mesmos.

PARÁGRAFO QUARTO

À **CONTRATADA** cabe assumir a responsabilidade por:

- a) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **PORTOSRIO**;
- b) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste Contrato, ainda que acontecido em dependência da **PORTOSRIO**;
- c) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) Encargos fiscais e comerciais que lhe caibam, resultantes desta contratação.

PARÁGRAFO QUINTO

A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no Parágrafo anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **PORTOSRIO**, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, observando o que dispõe o item “28” do Anexo I-A –

Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.000650/2026-87 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 04/2026.

PARÁGRAFO ÚNICO

O não cumprimento por parte da **CONTRATADA** dos itens constantes nesta Cláusula implicará nas sanções previstas neste Contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA PORTOSRIO

Constituem obrigações da **PORTOSRIO** aquelas previstas no item “29” do Anexo I-A – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.000650/2026-87 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 04/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR

Fica designado(a) como Gestor(a) deste Contrato pela **PORTOSRIO**, o(a) Gerente de Operação de Soluções – GERSOL, cuja substituição somente ocorrerá por ato formal de competência do Diretor-Presidente da **PORTOSRIO** ou a quem ele delegar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Sob supervisão do(a) respectivo(a) Gestor(a) constante da Cláusula anterior, os serviços serão fiscalizados por empregado ou Comissão de empregados designado(s) pela **PORTOSRIO**, denominado simplesmente **FISCALIZAÇÃO**, independentemente de qualquer outro assessoramento ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pela **PORTOSRIO**, a seu exclusivo juízo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a **FISCALIZAÇÃO** e a **CONTRATADA**, serão realizados por escrito, devendo ser anotados em registro próprio, onde deverá constar o ciente das partes, nas ocasiões devidas, assim como as providências tomadas e seus efeitos, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **FISCALIZAÇÃO** não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade relativa à execução dos serviços, por seus empregados, prepostos ou contratados, e, na sua ocorrência, não implicará em corresponsabilidade da **PORTOSRIO** ou de seus empregados ou prepostos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso haja registro de ocorrência(s) relacionada(s) com a execução deste instrumento contratual que possa(m) ensejar a aplicação de penalidade, o Gestor ou a **FISCALIZAÇÃO** deste Contrato dará ciência do ocorrido à Corregedoria da PortosRio, através da OUVGER, para fins de apuração e, se for o caso, aplicação de sanção na forma do IN.GECOMP 06.002 – Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas).

PARÁGRAFO QUARTO

A tolerância ou o não exercício pela **PORTOSRIO** de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na legislação não importará em novação ou renúncia a qualquer desses direitos.

PARÁGRAFO QUINTO

A **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO** reservar-se-á o direito de impugnar os serviços que não forem realizados a contento, ficando a **CONTRATADA** na obrigação de refazê-los sem qualquer ônus para a **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO

A **CONTRATADA** não poderá ceder, sub-rogar, negociar, ou, por qualquer forma ou modo, transferir o presente Contrato ou quaisquer direitos ou obrigações dele oriundos, sem prévia autorização da **PORTOSRIO**, sob as penas estabelecidas nas Cláusulas Décima Quarta e Décima Quinta.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as constantes do subitem 16.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 04/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos casos discriminados no subitem 16.5.1 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 04/2026.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A sanção de multa pode ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente com as dos incisos I e III do *caput* desta Cláusula, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO QUARTO

Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no *caput* desta Cláusula, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:

- Notificação formal à **CONTRATADA**;
- Garantia do contraditório e da ampla defesa;
- Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

PARÁGRAFO QUINTO

No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.

PARÁGRAFO SEXTO

Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

PARÁGRAFO OITAVO

Caso não haja o recolhimento da multa no prazo previsto no Parágrafo anterior, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO NONO

Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O pagamento das penalidades não é compensatório, admitindo, por conseguinte, o ressarcimento por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

Observando o que dispõe a Lei nº 13.303/2016 e o Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), o presente Contrato poderá ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

I – Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, quando da ocorrência dos seguintes casos:

-
- a) O descumprimento de obrigações contratuais;
- b) A alteração da pessoa do contratado, mediante:
- A subcontratação do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, observado o IN.GECOMP.06.001;
 - A fusão, cisão, incorporação, ou associação da contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no instrumento contratual e sem prévia autorização da **PORTOSRIO**.
- c) O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou do Fiscal;
- d) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- e) A dissolução da sociedade ou o falecimento da pessoa do contratado;
- f) A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução deste Contrato;
- h) Razões de interesse da **PORTOSRIO**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no Processo;
- i) O atraso nos pagamentos devidos pela **PORTOSRIO** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- j) A não liberação, quando for o caso, por parte da **PORTOSRIO**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- k) A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução contratual;
- l) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter

fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;

o) No caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018;

p) O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão deste Contrato por ato unilateral e escrito da **PORTOSRIO** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018);

q) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo e desde que haja conveniência para a **PORTOSRIO**; e

III – Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Salvo nos casos de iminente prejuízo às atividades da **PORTOSRIO**, a rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I desta Cláusula, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo será de 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução contratual até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

PARÁGRAFO QUARTO

A rescisão por ato unilateral da **PORTOSRIO** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na legislação:

- a) Assunção imediata do objeto contratado, pela **PORTOSRIO**, no estado e local em que se encontrar;
- b) Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **PORTOSRIO**;
- c) Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do instrumento contratual até o limite dos prejuízos causados à **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO QUINTO

O instrumento contratual poderá ser rescindido pela **PORTOSRIO** nos casos em que a **CONTRATADA** estiver envolvida em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria da área requisitante da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto deste Contrato poderá ser:

- a) Provisório: no caso de aquisição de equipamentos e outros objetos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à PortosRio, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela contratada;
- b) Parcial: relativo a etapas ou parcelas do objeto, definidas no instrumento contratual, representando aceitação da execução da etapa ou parcela;
- c) Definitivo: relativo à aceitação da integralidade do instrumento contratual e liberação da contratada tocante a vícios aparentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recebimentos devem ocorrer, a contar da comunicação por parte da **CONTRATADA** direcionada ao Fiscal, nos seguintes prazos:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento provisório;
- b) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento parcial;
- c) Até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Deverão ser observados ainda pelas partes as demais disposições constantes sobre o tema no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

Todos os tributos (impostos, taxas, contribuições fiscais ou parafiscais e quaisquer emolumentos) decorrentes direta ou indiretamente do presente Contrato ou de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da parte obrigada ao pagamento dos mesmos, na forma definida pela legislação tributária, sem que lhe assista o direito a qualquer reembolso pela outra parte, seja a que título for.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato deverá ser publicado pela **PORTOSRIO** na imprensa oficial, consoante o disposto no subitem 5.17.8. do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO SIGILO

À **CONTRATADA** é vedado, sob as penas da lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento dos trabalhos objeto deste Contrato, bem como divulgar através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos à execução dos mesmos, à tecnologia adotada e à documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização escrita da **PORTOSRIO**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO

Este Contrato está vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2026 e seus Anexos, à proposta da **CONTRATADA**, ao Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), ao Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.002) e aos termos da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos reger-se-ão pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001), pelo Instrumento Normativo (IN.GERCOS.10.003), bem como pelas regras e pelos princípios de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO

Na execução do presente Contrato, é vedado à **PORTOSRIO** e à **CONTRATADA**, e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a Gestor seu, oferecer, dar, ou se comprometer a dar, uma a outra ou a quem quer que seja, ou a aceitar, ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por si, quanto através de outrem, pagamento, em espécie ou em bem, doação, compensação, vantagens financeiras e/ou não financeiras, e/ou benefícios de qualquer espécie que constituam, na forma da legislação de regência, prática ilegal ou de corrupção quanto ao objeto do presente Contrato, direta ou indiretamente, ou, ainda, de outra forma que não relacionada a este Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO ACESSO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

I. eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. o tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da **PORTOSRIO**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. a **CONTRATADA** deverá seguir as instruções recebidas da **PORTOSRIO** em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. a **CONTRATADA** se responsabilizará como “Controlador de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;

V. os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI. a **CONTRATADA** deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do art. 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII. os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela **CONTRATADA**, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII. a **CONTRATADA** dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX. a **PORTOSRIO** possui direito de regresso em face da **CONTRATADA** em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X. a **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.

XI. a **CONTRATADA** deverá informar imediatamente à **PORTOSRIO** todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela **PORTOSRIO** e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII. a **CONTRATADA** deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela **PORTOSRIO**, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no art. 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XIII. qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à **PORTOSRIO**, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à **CONTRATADA** disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV. ao final da vigência do Contrato, a **CONTRATADA** deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal, caso em que o prazo de retenção de dados pessoais objeto deste Termo poderá se estender pelo prazo de prescrição legal afeto às atividades do Contrato.

XV. A **CONTRATADA** deverá designar Encarregado para interlocução com o Encarregado da **PORTOSRIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a **PORTOSRIO** será considerada “Controlador de Dados”, e a **CONTRATADA** “Operador” ou “Processador de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso a **CONTRATADA** descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da **PORTOSRIO**, será equiparado a “Controlador de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a **CONTRATADA** disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no *caput* desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a **PORTOSRIO** venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da **CONTRATADA**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da **PORTOSRIO**, sem prejuízo das penalidades deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A transferência internacional de dados deve se dar em caráter excepcional e na estrita observância da legislação, especialmente, dos art. 33 a 36 da Lei nº 13.709/2018 e nos normativos do Banco Central do Brasil relativos ao processamento e armazenamento de dados das instituições financeiras, e dependerá de autorização prévia da **PORTOSRIO** à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO

Cada Parte arcará com suas próprias despesas e investimentos para fins de cumprir as disposições previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A contratação do objeto deste Contrato será realizada pelo regime de contratação de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Poderão ser subcontratadas as parcelas constantes do item “7” do Anexo I – Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **PORTOSRIO** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

PARÁGRAFO QUARTO

A subcontratação depende de autorização prévia da **PORTOSRIO**, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação necessários para a execução do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

A **CONTRATADA** apresentará à **PORTOSRIO** documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

PARÁGRAFO SEXTO

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

O foro competente para ajuizar quaisquer questões suscitadas na execução deste Contrato será o da sede da **PORTOSRIO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes assinam eletronicamente o presente instrumento juntamente com as testemunhas.

(assinado eletronicamente)

FLAVIO VIEIRA DA SILVA
Diretor-Presidente
PORTOSRIO

(assinado eletronicamente)

FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA DIOGO
Diretor Administrativo-Financeiro
PORTOSRIO

(assinado eletronicamente)

REPRESENTANTE
Cargo ou Função
CONTRATADA

Testemunhas:

1) *(assinado eletronicamente)*

Nome:

Matrícula Funcional:

2) *(assinado eletronicamente)*

Nome:

Matrícula Funcional: